PROMOVENDO E DEFENDENDO O ESPAÇO CÍVICO

APRENDIZAGENS ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA FAIR FOR ALL

Stephanie Milan, Annida Putri, Alice Kooij, Camille Dancoisne and Federica Cova

Oxfam Novib

OXFAM

Este relatório de pesquisa examina como os atores da sociedade civil (ASCs) lidam com o encolhimento do espaço cívico enquanto defendem direitos fundamentais e promovem práticas comerciais e cadeias de valor inclusivas e justas. Por meio de revisão documental, discussões em grupos focais e entrevistas com informantes-chave em diversos contextos, o estudo identifica desafios recorrentes, como restrições ao protesto e à liberdade de expressão; reações adversas contra atores que abordam temas sensíveis; exclusão da tomada de decisões; e influência corporativa indevida. Em resposta a esses desafios, este relatório destaca as estratégias de espaço cívico que as organizações da sociedade civil (OSCs) utilizam para se adaptar, resistir e inovar. Também ilustra como os atores cívicos continuam a salvaguardar direitos, promover a responsabilização e fortalecer sistemas econômicos mais equitativos.

SOBRE ESTE RELATÓRIO DE PESQUISA

A ativista comunitária Bettie Fortuin (tia Bettie, ao centro) lidera um piquete em frente à Fazenda Matroosberg (De Doorns), no dia17 de março de 2023.
Foto: Alexa Sedgwick/Oxfam

CONTEÚDO

Siglas	3
Resumo executivo	4
Introdução	6
1. Visão geral do espaço cívico nos países de F4A	7
2. Metodologia	10
3. Desafios e estratégias	13
4. Conclusão	25
5. Recomendações	26
Bibliografia	28
Notas de fim	30
Agradecimentos	31

SIGLAS

ASCs:	Atores da Sociedade Civil
ASEAN:	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CLPI:	Consentimento livre, prévio e informado
CONTAR:	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais
CSR:	Responsabilidade Social Corporativa
DDHs:	Defensores de direitos humanos
DGFs:	Discussões em Grupos Focais
EICs:	Entrevistas com informantes-chave
F4A:	FAIR for ALL
FCRA:	Lei de Regulamentação de Contribuições Estrangeiras
LINK (unidade):	Unidade de Aprendizagem, Inovação e Conhecimento (Oxfam Novib)
OCDE:	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS:	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OSCs:	Organizações da Sociedade Civil
PMEs:	Pequenas e Médias Empresas
Sida:	Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
SOMO:	Centro de Pesquisa sobre Empresas Multinacionais
ONU:	Organização das Nações Unidas
UA:	União Africana
UE:	União Europeia
XR:	Extinction Rebellion

RESUMO EXECUTIVO

O programa FAIR for ALL (F4A) visa fortalecer a sociedade civil global, possibilitando ações coletivas tanto transfronteiriças quanto nacionais em prol de práticas comerciais e cadeias de valor mais inclusivas, justas e sustentáveis. O espaço cívico é fundamental para essa missão, e compreender sua dinâmica em constante evolução é essencial para a implementação eficaz do programa.

Esta pesquisa examina as estratégias que os atores da sociedade civil (ASCs) empregam para salvaguardar e contribuir para a expansão do espaço cívico. Ela se concentra particularmente na proteção das liberdades e direitos fundamentais e na promoção de práticas comerciais e cadeias de valor inclusivas em 12 países[1] participantes do programa F4A.

O espaço cívico refere-se ao ambiente propício no qual indivíduos e comunidades podem se organizar, se expressar e influenciar a tomada de decisões. Ele depende de três pré-requisitos fundamentais: estrutura, instituições e condições facilitadoras (Oxfam, 2017).

Quando esses elementos são restringidos – como por exemplo por meio de leis, vigilância digital, repressão à dissidência e violência contra os ASCs – o espaço cívico encolhe, como é o caso em muitos países atualmente. Ao mesmo tempo, o espaço cívico também está mudando com o surgimento de novos atores, ferramentas e dinâmicas que influenciam a forma como a participação e o advocacy acontecem.

A defesa dos direitos fundamentais relacionados ao espaço cívico ocorre em condições restritivas nos países de F4A; ela é frequentemente moldada por marcos legais restritivos, bem como por pressões políticas e sociais. Desafios persistentes – tais como restrições a protestos; intimidação contra organizações da sociedade civil (OSCs) e defensores de direitos humanos (DDHs); suspeitas do governo em relação à influência estrangeira; e limitações à discussão de questões sensíveis – minam a capacidade das OSCs de atuarem efetivamente e defenderem os direitos fundamentais. Os ASCs frequentemente trabalham sob riscos extremos, mas continuam respondendo aos ataques contra o espaço cívico com estratégias que incluem a formação de coalizões, o advocacy digital, a documentação de violações de direitos humanos, o envolvimento em ações de advocacy internacional e o fornecimento de apoio de emergência.

Esses esforços, no entanto, acarretam altos custos pessoais e organizacionais. Os ASCs são frequentemente expostos a níveis elevados de estresse e risco pessoal, tornando indispensável o apoio à saúde mental e ao bem-estar. Simultaneamente, a instabilidade financeira – impulsionada por cortes orçamentários por parte de doadores, dependência de subsídios de curto prazo e leis restritivas que limitam o uso de fundos estrangeiros – ameaça o acesso ao financiamento, a sustentabilidade das organizações de base e limita sua capacidade ao longo do tempo. Para enfrentar esses desafios de financiamento, as OSCs em países participantes do programa F4A adotaram uma variedade de estratégias para fortalecer sua resiliência e continuidade. Essas estratégias incluem:

- **construir redes e alianças;**
- **diversificar doadores;**
- **integrar estratégias de espaço cívico em programas mais amplos;**
- **negociar linhas de financiamento flexíveis;**
- **e desenvolver iniciativas geradoras de renda.**

Uma das principais contribuições deste relatório é preencher a lacuna de informação na interseção entre o espaço cívico e as práticas comerciais e cadeias de

Acima, voluntários carregando mensagens em Maryland, no estado de Lagos, na Nigéria. Foto Taiwo Aina for Oxfam Novib:

valor inclusivas e justas. Ao examinar essa relação, o relatório demonstra que as OSCs do projeto F4A que trabalham em cadeias de valor e comércio enfrentam desafios semelhantes, apesar dos diferentes contextos nacionais. Essas questões incluem repressão legal, influência corporativa excessiva, participação cívica restrita, disputas sobre governança fundiária, estruturas de negociação coletiva fracas e engajamento limitado com o setor privado. Em resposta, muitas organizações desenvolveram estratégias inovadoras para sustentar e expandir seu papel cívico. Exemplos notáveis incluem o apoio a agricultores de base por meio de ações coletivas, o fortalecimento da liderança feminina em sindicatos locais e a construção de plataformas que permitam que grupos marginalizados influenciem as políticas de comércio e cadeias de valor.

Concluindo, **os ASCs envolvidos no programa F4A continuam a se adaptar, resistir e inovar em resposta às restrições ao espaço cívico.** O programa desempenha um papel direto neste processo, apoiando os parceiros no desenvolvimento, execução e aperfeiçoamento das suas estratégias, por exemplo, através de espaços de aprendizagem compartilhados, iniciativas conjuntas de advocacy e acesso a redes internacionais. As evidências demonstram que as OSCs fazem uso estratégico dos espaços públicos, bem como da mídia e das plataformas digitais, adaptando cuidadosamente suas mensagens para se adequarem aos contextos políticos. A formação de coalizões é uma estratégia fundamental, seja por meio de alianças locais para a defesa de práticas comerciais justas ou por meio de redes internacionais discretas em contextos de conflito. O advocacy internacional continua sendo uma forma importante de obter apoio, embora deva ser usada com cautela em contextos de espaço cívico restrito ou fechado. A crescente atenção à saúde mental e a integração de abordagens sensíveis às questões de gênero por parte das OSCs estão contribuindo para o fortalecimento dos esforços em prol do espaço cívico. No entanto, lidar com a instabilidade de financiamento e as persistentes desigualdades e discriminação de gênero continua sendo essencial para a resiliência a longo prazo da sociedade civil.

OS ASCS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA F4A CONTINUAM A SE ADAPTAR, RESISTIR E INOVAR EM RESPOSTA ÀS RESTRIÇÕES AO ESPAÇO CÍVICO.

Marcha das mulheres da Oxfam Novib no dia 5 de março 2025, em Amsterdã. Foto: Dingema Mol

INTRODUÇÃO

O programa FAIR for ALL (F4A) é uma iniciativa de cinco anos (2021–2025) financiada pelo Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos, no âmbito da parceria estratégica Power of Voices[2].

O programa é liderado por um consórcio composto pela Oxfam Novib, a Comissão Huairou, o Centro de Pesquisa sobre Empresas Multinacionais (SOMO, na sigla em holandês) e a Third World Network-Africa. F4A colabora com OSCs, alianças e movimentos sociais em 14 países da África, América do Sul, Ásia e Europa[3]. O principal objetivo de F4A é fortalecer a sociedade civil global para criar espaço e mobilizar ações coletivas além das fronteiras, visando alcançar cadeias de valor e práticas comerciais mais inclusivas, justas e sustentáveis.

À medida que o espaço cívico continua a se transformar e a encolher globalmente, os atores da sociedade civil (ASCs) enfrentam crescentes restrições e ataques que dificultam suas operações. A Revisão Intermediária do programa F4A confirmou essa tendência, destacando o valor estratégico de se obter uma compreensão mais profunda do espaço cívico em diversos contextos. Em resposta, este estudo tem como objetivo:

- **Compreender o espaço cívico e sua relevância em diferentes contextos, ao mesmo tempo em que preenche a lacuna de informação em sua interseção com as práticas comerciais e as cadeias de valor inclusivas e justas.**
- Examinar os desafios e a dinâmica do espaço cívico, identificando padrões, fatores, estratégias e lições-chave que influenciam sua defesa e expansão em diferentes contextos, especialmente no campo das cadeias de valor e das práticas comerciais.
- Explorar estratégias para apoiar e fortalecer o espaço cívico, considerando os papéis das OSCs/ONGs internacionais, entidades governamentais, doadores e o setor privado.

O valor deste estudo reside na sua capacidade de: (1) documentar iniciativas bem-sucedidas para construir um histórico que possa orientar futuras programações e advocacy; (2) fornecer insights para replicar e adaptar estratégias em contextos semelhantes; e (3) promover a colaboração e a aprendizagem entre os membros e parceiros do consórcio F4A, partes interessadas como o Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos, outros doadores, o setor privado e as OSCs.

Ao fazer isso, **oferece ferramentas oportunas e práticas para fazer um trabalho de advocacy em prol da proteção dos direitos fundamentais e amplificar vozes que muitas vezes são silenciadas.**
Este estudo está estruturado em cinco capítulos. Cada capítulo está organizado em torno de subtemas que destacam desafios comuns em diferentes contextos, juntamente com as estratégias correspondentes para enfrentá-los. O Capítulo 1 apresenta uma visão geral do espaço cívico nos países incluídos neste estudo. O Capítulo 2 descreve a metodologia de pesquisa utilizada. O Capítulo 3 explora as estratégias utilizadas pelas OSCs para defender o espaço cívico. O Capítulo 4 apresenta as principais conclusões. Por fim, o Capítulo 5 oferece recomendações derivadas da análise e do processo de cocriação com colegas e parceiros nos países de F4A.

Hilda Flavia Nakabuye, ativista climática em Uganda.
Foto: Emmanuel Museruka/Oxfam

1. VISÃO GERAL DO ESPAÇO CÍVICO EM PAÍSES DE F4A PARTICIPANTES DESTE ESTUDO

Este capítulo descreve a situação do espaço cívico nos países de F4A participantes deste estudo e destaca os desafios enfrentados pelas OSCs em diferentes contextos. Nossa análise se baseia em Discussões de Grupos Focais (DGFs) com parceiros do programa e nas classificações do CIVICUS Monitor de 2024[4] (classificadas como "Aberto", "Restrito", "Obstruído", "Reprimido" ou "Fechado").[5]

Brasil

O espaço cívico no Brasil é classificado como "obstruído". Nos últimos anos, o Brasil vivenciou mudanças significativas em seu espaço cívico e no cenário das políticas públicas. Sob o governo Bolsonaro (2019-2022), a sociedade civil enfrentou severas restrições, com o desmantelamento de muitos órgãos de governança participativa, limitando sua influência sobre as políticas nacionais. Com a eleição de Lula em 2022, surgiu um renovado compromisso com a participação cívica, notadamente por meio do restabelecimento do Conselho de Participação Social do país e da criação do Sistema de Participação Social Interministerial, ambos baseados em instituições introduzidas pela primeira vez durante seu mandato anterior. Como esses conselhos foram criados por lei, sua restauração abriu canais institucionais para o engajamento dos cidadãos e fortaleceu o diálogo com os movimentos sociais. (Secretaria de Comunicação Social, 2023). Apesar das melhorias no contexto político, os ASCs atuantes na cadeia de valor e nas práticas comerciais ainda enfrentam desafios, à medida que entram em conflito com os poderosos interesses do setor privado que fazem parte da ampla coalizão política de Lula e do bloco conservador no Congresso Nacional.

Camboja

O espaço cívico do Camboja é classificado como "reprimido". Esse ambiente repressivo está intimamente ligado ao contexto político do país: após décadas no poder, Hun Sen se aposentou em 2023, entregando o poder a seu filho, Hun Manet, após eleições que não foram nem livres nem transparentes (Ratcliffe, 2023). As autoridades utilizam leis restritivas para criminalizar defensores de direitos humanos (DDHs), sindicalistas, ativistas ambientais e jornalistas. Além disso, a Lei sobre Associações e Organizações Não Governamentais continua sendo uma ferramenta poderosa, concedendo às autoridades amplos poderes para fechar grupos ou negar seu registro. Apesar desses desafios, os defensores de direitos humanos online, especialmente os jovens, encontraram maneiras indiretas e criativas de exercer sua liberdade de expressão. As informações e expressões relacionadas a práticas comerciais; cadeias de valor; micro, pequenas e médias empresas (PMEs); pequenas propriedades agrícolas lideradas por mulheres; economia informal; e cooperativas agrícolas são menos sensíveis e enfrentam menos escrutínio e intimidação (F4A, 2021).

Gana

Gana continua sendo um espaço cívico "restrito". Embora o país tenha um ambiente relativamente aberto para a sociedade civil, tem havido casos de violência policial contra manifestantes e tentativas de aprovar leis que poderiam restringir a liberdade de expressão. A nível nacional, o jornalismo enfrenta ameaças do setor de mineração. Jornalistas que fazem reportagens sobre atividades de mineração – especialmente aqueles que abordam os impactos negativos da mineração irresponsável – têm sido intimidados e ameaçados. As OSCs continuam a defender maiores proteções e reformas para salvaguardar as liberdades e os direitos civis.

Índia

O espaço cívico da Índia é classificado como "reprimido". O governo tem usado cada vez mais leis como a Lei de Prevenção de Atividades Ilegais e a Lei de Regulamentação de Contribuições Estrangeiras (FCRA, na sigla em inglês) para perseguir defensores de direitos humanos, jornalistas e ONGs.[6] Essas leis têm sido aplicadas com diferentes graus de severidade, desde restrições ao financiamento estrangeiro até a suspensão da isenção fiscal para as OSCs; o que criou um clima de incerteza e pressão (Centro Internacional de Direito Sem Fins Lucrativos, 2021).

Indonésia

O espaço cívico da Indonésia é classificado como "obstruído". O país sofreu repressão a protestos, quando forças de segurança usaram força excessiva contra os manifestantes. No final de agosto de 2025,

essa repressão se intensificou durante os maiores protestos do país em anos, devido à indignação pública contra uma lei que concedia aos legisladores benefícios e vantagens adicionais; os distúrbios geraram diversas vítimas (Dela Paz, 2025; Sulaiman e Suroyo, 2025). Leis e regulamentos restritivos também são usados para silenciar vozes dissidentes. Defensores de direitos humanos e jornalistas continuam enfrentando assédio e ameaças legais, o que dificulta a sua capacidade de atuar livremente. Além disso, ataques digitais contra defensores de direitos humanos e jornalistas, como escutas telefônicas, invasão de contas de redes sociais ou distribuição não autorizada de dados pessoais, são utilizados para intimidar ou enfraquecer o seu ativismo (F4A, 2021).

Moçambique

O espaço cívico de Moçambique é classificado como "reprimido". Embora exista abertura em algumas áreas, o país tem vivenciado uma deterioração das liberdades civis, especialmente após as eleições de 2023 e 2024, marcadas por violência, intimidação e aumento da pressão sobre os defensores de direitos humanos. As violações de direitos humanos agravaram-se com o aumento dos ataques físicos e das ameaças, bem como a detenção arbitrária de jornalistas e defensores de direitos humanos. A liberdade de imprensa está sob ameaça significativa e as OSCs operam num ambiente hostil, no qual sofrem restrições injustificadas à liberdade de expressão e de reunião (F4A, 2021).

Países Baixos

Em 2024, a classificação do espaço cívico dos Países Baixos foi rebaixada de "aberto" para "restrito". Essa mudança reflete a crescente repressão aos direitos de protesto, especialmente em torno do ativismo relacionado ao clima ou à solidariedade com os palestinos (CIVICUS, 2024). As autoridades têm revistado as casas de DDHs e interrompido protestos pacíficos em prol do meio ambiente usando canhões de água e prisões em massa. Políticos e a mídia também têm promovido narrativas negativas contra DDHs, ativistas da igualdade de gênero ("ideologia de gênero" e "wokeismo'[7]), ONGs e o judiciário. Isso levanta preocupações sobre os compromissos democráticos e a proteção à liberdade de reunião e expressão pacíficas.

O grupo de mulheres sentou-se sob uma árvore em Michika, Nigéria. Foto: Dinovate Solutions

Nigéria

A Nigéria é classificada como um espaço cívico "reprimido", embora o trabalho do programa F4A esteja contribuindo para alguns resultados positivos, como a decisão da Suprema Corte de 2025 sobre a Lei de Liberdade de Informação. No entanto, jornalistas e defensores de direitos humanos ainda enfrentam assédio, prisões e violência, enquanto o governo impõe bloqueios à internet e censura a mídia durante distúrbios e eleições, prejudicando a liberdade de expressão e o acesso à informação. Além disso, as disparidades de gênero, enraizadas em normas socioculturais, marcos legais e práticas institucionais, continuam sendo um desafio no país (F4A, 2021).

Territórios Palestinos Ocupados (TPO)

O espaço cívico nos TPO é classificado como "fechado", embora estejam sendo realizados alguns trabalhos sobre questões sociais, de desenvolvimento e econômicas por meio do programa F4A, incluindo o advocacy junto às autoridades nos TPO. A Autoridade Palestina influencia o funcionamento das OSCs, limita a liberdade de expressão e de ação e, até certo ponto, apoia as medidas restritivas impostas por outros, enquanto as OSCs continuam excluídas da elaboração de leis e das discussões sobre políticas. Além disso, o governo israelense tem restringido cada vez mais o espaço cívico, dificultando o trabalho de entidades estrangeiras e nacionais, ao mesmo tempo que causa um forte impacto nas redes sociais e nos serviços básicos (F4A, 2021). Os participantes da pesquisa explicaram que o encolhimento do espaço cívico nos TPO ocorre em três níveis. No primeiro nível, o marco regulatório que rege o espaço cívico é cada vez mais restritivo, enquanto instituições fracas não conseguem proteger os direitos. No segundo nível, o governo israelense enfraquece a sociedade civil por meio de ações militares e ataques diretos a defensores de direitos humanos, jornalistas e OSCs. No terceiro nível, pressões políticas e limitações de financiamento internacional restringem as operações das OSCs.[8]

África do Sul

O espaço cívico da África do Sul é classificado como "obstruído". Embora o país possua instituições democráticas robustas e uma constituição progressista, a sociedade civil enfrenta desafios crescentes. Os defensores de direitos humanos trabalham em condições perigosas, com recursos limitados e sofrendo intimidação. A liberdade de imprensa está sob pressão, com jornalistas sofrendo ameaças e assédio por denunciarem abusos de poder. Embora o arcabouço legal e o judiciário tenham sido concebidos para proteger o espaço cívico, o clima político tornou-se cada vez mais hostil em comparação com uma década atrás. A violência contra estudantes manifestantes em 2015 e a violência policial durante o confinamento da COVID-19 em 2020 ilustram um ambiente cada vez mais restritivo que desestimula o direito de protestar.

Uganda

O espaço cívico em Uganda é classificado como "reprimido". Os atores da sociedade civil enfrentam vigilância, intimidação e restrições legais. Prisões, intimidações e ameaças físicas contra DDHs e jornalistas estão aumentando. Durante a manifestação contra a corrupção "Marcha ao Parlamento" em junho de 2024, mais de 100 defensores de direitos humanos foram presos e, até o final de 2024, alguns continuavam detidos (Al Jazeera, 2024). O governo utiliza leis que limitam a atuação das ONGs e reprimem a liberdade de expressão. As plataformas digitais, embora ofereçam espaços para a expressão, também estão sujeitas a controle e censura, restringindo sua eficácia na promoção de engajamento cívico.

Vietnã

O espaço cívico do Vietnã é classificado como "fechado". Os ASCs enfrentam desafios constantes, incluindo vigilância, barreiras administrativas na aprovação de projetos e requisitos complexos de conformidade legal. Apesar dessas restrições, os atores do programa "F4A" continuam a se engajar, criando confiança, promovendo relações construtivas com as partes interessadas e fortalecendo sua conscientização sobre as obrigações legais e de conformidade.

RESUMO

Esta visão geral destaca uma tendência persistente e, em muitos contextos, agravante de encolhimento e mudança do espaço cívico nos países de F4A. Apesar disso, os ASCs têm demonstrado resiliência e inovação, adotando estratégias para salvaguardar o espaço cívico, amplificar vozes marginalizadas e manter suas atividades em condições cada vez mais adversas e, por vezes, de alto risco. **Dada a heterogeneidade de contextos e atores, não existe uma abordagem universal; as estratégias de espaço cívico devem ser específicas ao contexto e moldadas pela identidade, capacidade e posicionamento de cada organização.** Os capítulos seguintes analisam essas estratégias em profundidade, ilustrando como a sociedade civil lida com as restrições e desenvolve respostas adaptativas para sustentar seu papel.

2. METODOLOGIA

Este estudo empregou um modelo de pesquisa qualitativa, combinando métodos complementares, para garantir que os insights sobre os desafios e estratégias fossem abrangentes e fundamentados em realidades vividas.

A metodologia seguiu um processo sequencial e integrado que incluiu revisão documental, discussões em grupos focais (DGF)s e entrevistas com informantes-chave (EICs). Cada etapa foi projetada para ser desenvolvida a partir das outras, permitindo a triangulação de dados e assegurando que a análise refletisse tanto as evidências documentadas quanto as diversas perspectivas dos ASCs diretamente envolvidos em atividades de advocacy e promoção de direitos.

Skatistas carregando infográficos impressos em Ikeja, estado de Lagos, Nigéria.. Foto: Taiwo Aina for Oxfam Novib.

Amostragem

O estudo utilizou amostragem intencional para garantir a diversidade dos participantes e dos contextos de espaço cívico relevantes para o programa F4A. Os participantes foram identificados em consulta com os parceiros do consórcio, consultores do espaço cívico e equipes nacionais, com atenção ao tipo de organização, foco temático e representação regional. Os participantes foram selecionados com base em três critérios:

1. **envolvimento ativo na defesa do espaço cívico;**
2. **experiência direta em lidar com ambientes restritivos;**
3. **disposição para contribuir com insights para o estudo.**

Instrumentos para a coleta de dados

O projeto de pesquisa priorizou três instrumentos de coleta de dados para equilibrar a relevância contextual com o engajamento participativo. Primeiro, a revisão documental forneceu a base para o estudo, consolidando o conhecimento da documentação existente do projeto F4A e da literatura relacionada. Esta fase ofereceu uma visão geral ampla das condições do espaço cívico em diferentes contextos e destacou padrões comuns, bem como nuances específicas de cada país. Em segundo lugar, as DGFs serviram como um método participativo para suscitar reflexões coletivas entre os ASCs. Por meio de conversas semiestruturadas, os participantes foram incentivados a compartilhar experiências, trocar perspectivas e conhecimentos e refletir coletivamente sobre os desafios e oportunidades relacionados ao espaço cívico. Em terceiro lugar, foram realizadas EICs para aprofundar a compreensão de questões específicas. Essas conversas individuais com pessoas que possuem conhecimento especializado permitiram à equipe de pesquisa captar insights detalhados que talvez não surgissem em contextos de grupo, especialmente em relação a contextos muito sensíveis.

Revisão de documentos

A equipe da pesquisa analisou documentos, incluindo declarações sobre resultados, avaliações de capacidades, relatórios de base, revisões intermediárias, materiais de treinamento e anotações das Comunidades de Prática. Esta foi uma revisão não sistemática, com o objetivo de identificar insights sobre desafios e estratégias a partir da documentação existente do projeto, em vez de produzir uma base de evidências exaustiva ou abrangente.

Coleta e análise de dados

Além dos dados coletados a partir de documentos existentes, os pesquisadores realizaram cinco DGFs com um total de 27 pessoas, organizados por grupos temáticos para facilitar o engajamento entre pares e a troca de conhecimento entre participantes que trabalham em contextos semelhantes ou enfrentam desafios semelhantes, e cinco EICs. Todas as DGFs e EICs foram conduzidas em inglês e transcritas antes da análise.

A análise adotou uma abordagem qualitativa integrada que combinou as descobertas das três fontes de dados. Para analisar os documentos identificados na revisão documental, dois pesquisadores multilíngues utilizaram o software MAXQDA[9] para analisar os documentos tematicamente e identificar temas que eram frequentemente referenciados ou altamente relevantes para a pergunta da pesquisa (mesmo que raramente referenciados). Esse processo levou à identificação de 27 temas relacionados a desafios e 28 temas relacionados a estratégias.

Para analisar os dados obtidos por meio das DGFs e EICs, os pesquisadores identificaram temas utilizando uma abordagem indutiva. As declarações, reflexões e experiências compartilhadas nas DGFs e EICs foram codificadas e agrupadas em categorias que se alinhavam com os 27 e 28 temas abrangentes identificados durante a revisão documental. A natureza iterativa da análise permitiu que a equipe da pesquisa refinasse as categorias à medida que novos insights surgiam. Essa abordagem garantiu que as conclusões fossem sistemáticas e flexíveis, capturando a complexidade da dinâmica do espaço cívico.

Como etapa final, foi realizado um workshop de validação com os participantes da pesquisa. Essa sessão permitiu uma reflexão conjunta, garantindo que as conclusões fossem relevantes para aqueles que contribuíram para o estudo. Também proporcionou um espaço para a cocriação de recomendações e aprendizagem mútua, o que foi muito apreciado pelos participantes. A estrutura final validada incluiu nove desafios e cerca de 40 estratégias.

O imã com membros da comunidade ao ar livre, sob uma árvore, nas dependências de uma escola no estado de Adamawa, na Nigéria. Foto: Dinovate Solutions

Limitações e pontos fortes da pesquisa

A primeira limitação diz respeito ao escopo do espaço cívico, uma vez que as evidências qualitativas se restringiram aos contextos em que os parceiros de F4A operam. Com base nisso, as conclusões devem ser interpretadas como ilustrativas, e não como representativas de todo o panorama do espaço cívico, seja a nível nacional, regional ou global. Essa limitação foi mitigada pela triangulação das conclusões com fontes de análise documental, a fim de reforçar a validade das conclusões apresentadas.

A segunda limitação diz respeito a representatividade limitada. Em algumas DGFs, a representação dos países ou contextos regionais era insuficiente, enquanto em outros casos não foi possível contatar informantes-chave para entrevistas. Entrevistas complementares com informantes-chave foram realizadas para ajudar a suprir essas lacunas; contudo, alguns participantes de países e áreas temáticas específicas continuaram a não poder participar. Além disso, a partir de uma perspectiva interseccional, certas vozes e experiências vividas, em termos de género, idade e outras dimensões, podem ter sido menos visíveis. Isso limitou a diversidade de perspectivas captadas.

A terceira limitação diz respeito a questões de segurança e confidencialidade, dada a sensibilidade do espaço cívico. Isso pode ter levado à autocensura entre os participantes e influenciado a profundidade das informações que compartilharam. Esse problema foi mitigado pela criação de ambientes de conversação seguros, incluindo a verificação do entorno pelos participantes e a desativação de dispositivos de monitoramento (por exemplo, desligar celulares, computadores ou assistentes de voz que pudessem gravar ou rastrear conversas). Além disso, todos os dados foram anonimizados para proteger os participantes. Embora isso tenha limitado os detalhes contextuais e reduzido a riqueza analítica em alguns casos, foi necessário para proteger os participantes.

Por fim, houve barreiras linguísticas, uma vez que os participantes da pesquisa se comunicaram em inglês, que não era a língua materna de muitos deles. Embora isso possa ter levado à perda de certas nuances e expressões culturalmente específicas, isso foi mitigado pela presença de membros multilíngues na equipe e pelo esclarecimento de significados durante as discussões.

Apesar das limitações enfrentadas, o estudo demonstrou pontos fortes importantes. A utilização de diferentes métodos, combinando revisão documental, DGFs e EICs, permitiu obter insights amplos e aprofundados ao integrar múltiplas fontes de evidência. A orientação participativa da pesquisa criou espaços seguros para o diálogo e a reflexão coletiva entre os ASCs, o que reforçou a validade contextual das conclusões. Além disso, o processo iterativo de coleta e análise de dados permitiu que os temas emergentes fossem verificados entre os diferentes instrumentos, fortalecendo assim a credibilidade e a confiabilidade dos resultados. Em conjunto, **esses elementos contribuíram para uma análise robusta, contextualizada e participativa, que está bem alinhada com os objetivos do estudo.**

3. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

Este capítulo examina as estratégias adotadas por os ASCs para defender os direitos fundamentais em contextos em que o espaço cívico está sob pressão. O capítulo destaca como as restrições geralmente surgem quando os ASCs desafiam interesses políticos e econômicos, tornando a defesa de direitos uma luta complexa e contínua.

Além de analisar essas dinâmicas, o capítulo também explora como a proteção do espaço cívico se conecta com o trabalho dos ASCs em relação a práticas comerciais e cadeias de valor justas e inclusivas, mostrando como o acesso aos direitos e a participação são essenciais para a construção de sistemas econômicos mais equitativos. O estudo está organizado em torno dos principais desafios enfrentados pelos ASCs, e este capítulo apresenta estratégias concretas para lidar com cada um deles. Essas estratégias foram desenvolvidas para contornar restrições, proteger direitos e fortalecer a contribuição das OSCs para cadeias de valor mais justas e inclusivas.

Restrições ao direito de protestar

O direito de protesto é um componente central do espaço cívico, permitindo que indivíduos e grupos expressem suas preocupações, influenciem a tomada de decisões e exijam responsabilização (Sapienza, Manzotti e Patel, 2023). No entanto, em diversos contextos, as crescentes restrições ao direito de protesto são justificadas com base na proteção da saúde pública, da ordem pública e da estabilidade. Tais restrições não apenas prejudicam a participação democrática, mas também afetam diretamente os esforços para responsabilizar os setores público e privado. Comunidades, trabalhadores e DDHs são impedidos de contestar práticas comerciais prejudiciais, exigir condições de trabalho mais justas e influenciar as políticas que moldam os sistemas econômicos.

Nos **Países Baixos, África do Sul, Nigéria, Indonésia** e **Camboja**, o **direito de protesto** está sendo cada vez mais limitado, resultando na prisão de pessoas que protestam pacificamente e expressam sua discordância. Em alguns casos, o direito de protesto é negado com base na orientação ou afiliação política percebida. No **Camboja**, por exemplo, os participantes das DGFs destacaram um forte contraste entre as ONGs alinhadas ao governo e as ONGs tradicionais,[10] sendo que estas últimas frequentemente têm seus pedidos de autorização para protesto negados sob o pretexto de manter a ordem social.

De forma semelhante, **nos Países Baixos**, os participantes da pesquisa notaram crescentes restrições aos direitos de protesto (Breed Mensenrechten Overleg (BMO), 2025), exemplificadas pelo protesto do Extinction Rebellion (XR) em janeiro de 2023, em Haia, onde DDHs bloquearam a rodovia A12 para exigir o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis (Efthymiou e Scherpenisse, 2023). Dois dias antes do protesto, a polícia monitorou oito ativistas climáticos do XR, dos quais sete foram presos por mobilizarem pessoas para participar da ação — uma ação sem precedentes no país (F4A, 2023).

> **'Eles foram retirados de suas camas e presos por sedição. Então, o que é sedição?[11] Eu nunca tinha ouvido falar disso antes daquele momento [...] Mas aparentemente, quando você se mobiliza para manifestações, o governo considera [isso é] ilegal.'**
> Participante da pesquisa baseado nos Países Baixos

Na África do Sul, as restrições também assumem a forma de negociações conflituosas com as autoridades, que frequentemente impõem obstáculos, como a limitação das rotas de protesto. Como explicou um informante-chave durante uma entrevista:

> **'Estávamos cantando e esperando [...] por mais de uma hora, [...] e então eles começaram a atirar em nós com [balas] de borracha].'[12]**
> Participante da pesquisa baseado na África do Sul

QUADRO 1: VULNERABILIDADES E EXPERIÊNCIAS ESPECÍFICAS DE GÊNERO

Em diversas regiões, mulheres e outras pessoas de grupos marginalizados enfrentam barreiras agravadas para protestar, incluindo violência estatal, estigma social e impunidade. Na Indonésia, mulheres que resistiam à expropriação de terras liderada pelos militares foram forçadas a recuar à medida que a violência aumentava. No **Camboja**, protestos e prisões são frequentemente acompanhados de assédio sexual, que raramente é processado, criando medo e desencorajando as mulheres de se envolverem em jornalismo ou ativismo. Na Índia, indivíduos LGBTQIA+, embora legalmente reconhecidos, ainda carecem de aceitação social, o que limita sua capacidade de protestar com segurança. No entanto, apesar desses riscos, mulheres e pessoas de grupos marginalizados persistem na defesa de direitos humanos. Por exemplo, uma participante da pesquisa na **África do Sul** mencionou que as mulheres frequentemente se mobilizam para defender os direitos trabalhistas cantando, carregando cartazes e exigindo diálogo com aqueles que estão no poder. Mesmo quando as autoridades se recusam a dialogar diretamente, suas ações e mensagens conseguem alcançar a população por meio da cobertura da mídia, demonstrando a persistência das mulheres na defesa do espaço cívico, apesar do descaso institucional.

Estratégias

- **Apoiar o direito de protesto por meio de coalizões.** Organizações da sociedade civil dos Países Baixos, incluindo a Oxfam Novib, membro do consórcio F4A, têm apoiado publicamente o direito de protesto em solidariedade aos ativistas climáticos.[13] Seus esforços incluíram a participação em manifestações, o engajamento com a mídia e o lobby junto a políticos. Por exemplo, quando DDHs bloquearam a rodovia A12, os principais meios de comunicação do país noticiaram as crescentes preocupações com o direito de protesto, levando as autoridades a agirem com mais cautela (F4A, 2023). Um participante das DGFs observou que essa abordagem de defesa do espaço cívico nacional é relativamente nova para algumas OSCs nos Países Baixos, já que tradicionalmente elas se concentram em questões semelhantes no exterior.[14] Além disso, OSCs como a Oxfam Novib se uniram a uma coalizão chamada "Artigo Cinco" para responder coletivamente aos ataques contra a sociedade civil, especialmente por parte de atores de direita. Em vez de lançar campanhas públicas, a coalizão se concentra em preparar declarações conjuntas, compartilhar informações e na articulação de respostas nos bastidores.[15]
- **Amplificar as vozes das mulheres contra o assédio sexual.** No **Camboja,** as OSCs apoiam as mulheres que enfrentam assédio sexual durante protestos, aumentando a conscientização sobre a questão, principalmente ao destacar as experiências das mulheres.[16] Os meios de comunicação também colaboraram nesse esforço, ajudando a ampliar a visibilidade (Liga Cambojana para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2023).
- **Usar as redes sociais para verbalizar reivindicações e salvaguardar o espaço cívico.** Em contextos em que as manifestações presenciais são restritas ou arriscadas, as plataformas online são cada vez mais utilizadas como espaços alternativos para protestos e engajamento cívico. Por exemplo, um participante ilustrou como o ativismo nas redes sociais apoiou seus esforços para garantir a libertação de um defensor dos direitos humanos após ter sido preso injustamente na **Nigéria.** Na **Indonésia**, as OSCs fortalecem o engajamento público colaborando com influenciadores e figuras públicas conhecidas nas plataformas de redes social, amplificando as vozes da comunidade e alcançando públicos diversos. No **Camboja**, um participante da pesquisa mencionou que os jovens estão usando cada vez mais os espaços digitais para se expressar, muitas vezes fora das estruturas tradicionais das ONGs.

Erosão da liberdade de expressão

Em diferentes contextos, uma combinação de táticas de intimidação e restrições estruturais mina progressivamente a liberdade de expressão, inclusive online. Essas medidas não apenas geram um clima generalizado de medo, mas também promovem padrões de autocensura que limitam o engajamento cívico e enfraquecem o debate democrático. Por exemplo, na **Indonésia**, os participantes descreveram o uso de "buzzers" – influenciadores pagos que espalham desinformação para desacreditar críticas e retratar os programas do governo de forma positiva. As OSCs também relataram formas mais sutis de intimidação, como policiais visitando seus escritórios sob o pretexto de realizar pesquisas. Embora nenhuma ação direta tenha sido tomada, sua presença e questionamentos foram percebidos como uma tentativa deliberada de desencorajar o ativismo e

criar um clima de medo. Da mesma forma, em **Uganda**, um participante de uma DGF explicou que a liberdade de expressão é fortemente restringida, inclusive com os previsíveis bloqueios da internet durante as eleições.[17] Esses contextos repressivos desencorajam o engajamento público e fomentam a autocensura.

Estratégias

- **Construir um engajamento e uma colaboração construtivos por meio da adoção de estratégias adaptativas.** No **Vietnã,** alguns ASCs adotam uma abordagem construtiva, engajando-se por meio de canais oficiais para reconhecer os esforços do governo e, ao mesmo tempo, levantar desafios em relação a políticas de maneira orientada para soluções. Na **Índia**, as organizações equilibram cautela e colaboração, convidando autoridades para fóruns e exibições para promover o diálogo e mudar percepções, embora o engajamento seja geralmente mais fácil nos níveis estadual e distrital do que no nível nacional**.** Na **Indonésia**, as OSCs trabalham cada vez mais por meio de coalizões com o governo e a mídia, utilizando pesquisa e apoio a programas para influenciar políticas, particularmente em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).[18]
- **Diversificar parcerias estratégicas**. No **Camboja**, as instituições financeiras tornaram-se parceiras fundamentais na promoção de salvaguardas sociais e ambientais. Bancos e instituições de microfinanças, motivados pela reputação e pelas normas internacionais, têm demonstrado abertura ao engajamento da sociedade civil para promover a transparência e práticas responsáveis. No **Vietnã** e na **Índia**, instituições acadêmicas estabeleceram parcerias com a sociedade civil para apoiar o desenvolvimento de lideranças, pesquisas conjuntas e o engajamento político. Essas colaborações não apenas ajudam a fortalecer os ASCs e a sustentar a participação cívica, mas também fornecem insights baseados em evidências que podem informar a formulação de políticas e contribuir para uma governança mais inclusiva e responsiva.
- **Criação de espaços alternativos para o engajamento cívico.** Na **Nigéria,** foram implementados "Clubes Cívicos" em parceria com a Agência Anticorrupção em escolas secundárias e estados onde o programa F4A está ativo. Esses clubes funcionam como plataformas lideradas por estudantes para promover valores cívicos, aumentar a conscientização sobre o combate à corrupção e incentivar a participação dos jovens nos processos de governança. Complementando esses esforços, uma OSC nigeriana desenvolveu uma plataforma chamada Movimento de Defesa do Gênero da África, onde compartilham aprendizagens e recursos para reivindicar a igualdade de gênero. Outro exemplo em **Uganda** é a plataforma digital "TV Espaço Cívico", que é transmitida nas redes sociais para fomentar o debate crítico sobre questões sociais, políticas e econômicas.

Syaeun é a diretora da Perempuan Tangguh, que supervisiona e capacita pequenas e médias empresas industriais em sua região. Foto: Kyo Umareta/Oxfam

Reações negativas contra atores que abordam temas sensíveis

As restrições ao espaço cívico são mais visíveis quando as OSCs atuam em questões sensíveis que desafiam interesses políticos ou econômicos. Essa dinâmica demonstra como o ativismo em áreas como desigualdade, corrupção ou proteção ambiental muitas vezes desencadeia respostas específicas do governo. Essas restrições têm implicações diretas não apenas para a defesa de direitos fundamentais, mas também para o avanço de práticas comerciais e cadeias de valor inclusivas e justas, uma vez que vozes silenciadas limitam a possibilidade de participação equitativa na formação dos sistemas econômicos.

No **Camboja**, **Países Baixos**, **Indonésia**, **Uganda**, **África do Sul** e **Índia**, as OSCs enfrentam obstáculos crescentes ao abordar temas sensíveis. Por exemplo, na **Índia**, as OSCs que expressam dissidência têm sofrido com o cancelamento ou atrasos na renovação de várias licenças e autorizações, frequentemente com base em disposições legais sem fundamento e sem justificativa suficiente, o que prejudica sua capacidade organizacional e legitimidade. Mesmo em um contexto mais aberto, como o dos **Países Baixos**, os participantes da pesquisa observaram disparidades claras nas respostas das autoridades. Por exemplo, manifestantes em apoio aos direitos palestinos frequentemente enfrentam respostas mais severas por parte do Estado, incluindo o envio da tropa de choque, enquanto ativistas climáticos geralmente enfrentam uma abordagem um pouco mais moderada.[19]

O acesso à terra é outra questão politicamente delicada que ilustra a intersecção entre o encolhimento do espaço cívico e os interesses econômicos. Em **Uganda, Indonésia** e **África do Sul**, participantes da pesquisa mencionaram que a grilagem de terras sob o pretexto de projetos governamentais ou empresariais é generalizada, frequentemente marginalizando as vozes da comunidade e minando a participação democrática. Essa prática afeta diretamente as ações que visam uma cadeia de valor mais justa e equitativa e está ligada ao encolhimento do espaço cívico; ela não apenas restringe os direitos civis e políticos, mas também viola os direitos ambientais, econômicos e sociais, particularmente por meio da perda da propriedade da terra e de sua exploração.

Estratégias

- **Enquadrar a linguagem e ter cautela com os meios de comunicação.** No **Camboja** e na **Índia,** organizações substituem termos sensíveis como "advocacy" por alternativas como "voz para a mudança", "conscientização" ou "engajamento público". Embora isso reduza o confronto, no **Camboja** esse enquadramento ainda pode atrair a suspeita do governo, especialmente quando as organizações são percebidas como independentes das estruturas estatais ou não alinhadas com as agendas governamentais.[20] Em países afetados por conflitos, as OSCs evitam o escrutínio militar usando termos mais amenos, como "meios de subsistência" ou "segurança alimentar", em vez de "direitos humanos" ou "impactos ambientais". Elas também evitam mostrar rostos em campanhas públicas e limitam as publicações diretas para reduzir os riscos de vigilância, assédio e prisão. A neutralidade é crucial, pois ser percebido como alinhado a grupos armados ou ao governo pode ser perigoso.[21] Em **Uganda**, dadas as potenciais consequências para as OSCs na mitigação de medidas repressivas por parte das autoridades (por exemplo, fechamento ou recusa em renovar suas licenças), algumas têm adotado estratégias de comunicação cautelosas. Por exemplo, certas organizações monitoram atentamente o que é compartilhado nas redes sociais e limitam a comunicação pública a duas pessoas (o especialista no assunto e o assessor de relações públicas) que estão autorizadas a representar publicamente a posição da organização.
- **Focar em temas menos controversos.** No **Camboja**, as organizações concentram-se nas PMEs, no poder económico das mulheres e no financiamento climático para manter o diálogo sem conflitos diretos.[22] Em contrapartida, algumas organizações climáticas e DDHs nos **Países Baixos** adotam uma postura de confronto, recorrendo a manifestações e ao envolvimento da mídia para contestar as ações do governo. No entanto, essas estratégias não são facilmente transferíveis para contextos restritivos, onde o confronto aberto pode ter graves repercussões.[23]
- **Utilizar a pesquisa e a advocacy baseada em evidências como ferramenta estratégica para abordar questões sensíveis.** Na **África do Sul**, as estratégias para selecionar táticas de advocacy são baseadas na experiência, e não em um planejamento formal. A capacidade de resposta e criatividade das OSCs, como o uso de resultados de pesquisas durante protestos ou campanhas para destacar injustiças em fóruns internacionais,

permitiu que aproveitassem as oportunidades à medida que elas surgiam. Na **Indonésia**, a divulgação de pesquisas sobre corrupção, comércio e tributação provou ser eficaz em termos de advocacy, especialmente quando os resultados são compartilhados com jornalistas e ASCs para ampliar o alcance.

- **Ampliar as alianças em torno de questões sensíveis.** Nos **Países Baixos**, a defesa dos direitos dos palestinos tornou-se uma parte ativa (embora contestada e sujeita a considerável debate) do panorama mais amplo do ativismo climático. Por exemplo, a comunicação entre ativistas climáticos e apoiadores dos direitos dos palestinos está se tornando mais frequente. Essa mudança reflete um crescente compromisso dentro do movimento em se engajar com questões complexas e politicamente sensíveis, e o reconhecimento de que tais desafios não podem ser enfrentados isoladamente, mas exigem abordagens interconectadas.

Desconfiança do governo em relação à (percebida) influência estrangeira

Em vários países, os governos cada vez mais enquadram o financiamento estrangeiro à sociedade civil como uma ameaça à soberania ou à segurança nacional. Essa percepção levou a regulamentações restritivas, à perseguição direta de líderes de ONGs e a uma crescente desconfiança em relação às organizações que recebem financiamento externo. Na **Índia**, a FCRA (Lei de Regulamentação de Contribuições Estrangeiras) reduziu o espaço cívico e a capacidade operacional das OSCs, regulamentando seu acesso ao financiamento estrangeiro. Em outros países, os governos também estão rotulando as OSCs como agentes estrangeiros, demonstrando a deterioração da confiança na sociedade civil.

O ADVOCACY INTERNACIONAL CONTINUA SENDO VITAL PARA AMPLIFICAR AS VOZES DA BASE E MANTER AS QUESTÕES-CHAVE PRESENTES NA AGENDA GLOBAL

Otilla Tarutira, agricultora participante do Projeto de Irrigação Ruti, em seu lote de terra no distrito de Gutu, no Zimbábue. Foto: Loliwe Phiri/Oxfam

Estratégias

- **Aproveitar a solidariedade internacional para aumentar a visibilidade.** Em alguns países de F4A, o apoio de parceiros globais facilitou o diálogo aberto com as autoridades nacionais, chamando a atenção para questões como a aplicação arbitrária da lei e encolhimento do espaço cívico para as operações da sociedade civil. O advocacy internacional continua sendo vital para amplificar as vozes da base e manter as questões-chave presentes na agenda global, especialmente em contextos frágeis. Por exemplo, alguns participantes da pesquisa mencionaram que compartilham documentação sobre violência e violações de direitos humanos com aliados internacionais ou participam de visitas de lobby com doadores e missões diplomáticas para compartilhar evidências locais e transmitir a complexidade da situação.
- **Promover espaços formais de diálogo para expressar preocupações e desenvolver soluções em conjunto.** No **Vietnã**, cerca de 100 representantes da sociedade civil, da academia, do setor privado e da mídia participaram de um diálogo sobre políticas com partes interessadas do governo para explorar maneiras de construir um sistema tributário e de finanças públicas mais transparente e equitativo. Essas plataformas promovem o entendimento mútuo, apoiam a formulação de políticas baseadas em evidências e fortalecem a colaboração entre atores estatais e não estatais. Além disso, as OSCs na **Indonésia** estão coordenando ativamente com instituições governamentais para expressar os interesses públicos no planejamento nacional, em programas legislativos e na geração de informações relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

Desafios crescentes à liberdade de associação

Práticas restritivas do Estado continuam a minar a liberdade de associação e a capacidade operacional das OSCs. No **Camboja**, o processo de registro oneroso e opaco, muitas vezes envolvendo pagamentos não oficiais, funciona como um mecanismo de controle que limita a formação e o funcionamento das OSCs (F4A, 2021). Na **Indonésia**, os regulamentos relativos ao registro e funcionamento das OSCs têm restringido cada vez mais a liberdade de associação. A alteração de 2017 à Lei das Organizações de Massa permite que o governo revogue licenças ou dissolva organizações sem processo judicial. Vários setores da sociedade protestaram contra este regulamento, mas ele permanece em vigor até hoje.

Estratégias

- **Defender a existência de sistemas de registro transparentes.** No **Camboja**, as OSCs adotaram uma estratégia construtiva em resposta às práticas generalizadas em que as autoridades não forneciam recibos oficiais durante o processo de registro das ONGs. Essas práticas criavam espaço para pagamentos não transparentes ou não oficiais, mas as OSCs defenderam transações baseadas em recibos para fortalecer a transparência e a responsabilização, em vez de acusar diretamente o governo de corrupção. Essa abordagem levou o governo a reconhecer o problema e a concordar em implementar um sistema piloto de registro e pagamento online. Como resultado, o Ministério do Interior lançou um projeto piloto de seis meses (de julho a dezembro de 2025) para o registro online de ONGs nacionais.[24]
- **As OSCs continuar a adaptar e a fortalecer suas capacidades para sustentar operações e manter a legitimidade em ambientes regulatórios em evolução.** Por exemplo, no **Vietnã,** isto incluiu esforços para se alinhar com os marcos nacionais e demonstrar responsabilização, contribuindo para um envolvimento construtivo com as instituições governamentais.[25] Na **Índia**, uma das OSCs participantes nas DGFs desenvolveu um rigoroso cumprimento dos prazos de relatórios financeiros e limites legais de gastos, como, por exemplo, custos administrativos que não excedam 20% do financiamento total. Além disso, mencionaram que os seus funcionários receberam treinamento para garantir a documentação precisa em relação a despesas e o cumprimento destes regulamentos.
- **Minimizar riscos e restrições por meio de identidades jurídicas estratégicas.** Embora os participantes dos **Países Baixos** não tenham relatado desafios significativos na criação ou gestão de OSCs, existem certas formas jurídicas de funcionamento que ajudam a manter uma sensação de segurança para os DDHs. Um participante das DGFs explicou que sua organização funciona como uma rede informal que não pode ser processada diretamente. Suas operações financeiras são gerenciadas por meio de uma entidade jurídica separada (Stichting, em holandês), criando uma separação jurídica que reduz a responsabilidade tanto dos DDHs individuais quanto da própria associação.[26]

Oportunidades de financiamento limitadas e incertas

As OSCs em todo o mundo enfrentam inúmeros desafios para garantir o financiamento necessário para sustentar suas atividades; essa preocupação tornou-se particularmente evidente durante o curso desta pesquisa, à medida que importantes doadores anunciaram cortes orçamentários significativos. Esses cortes afetaram diretamente alguns dos parceiros de F4A e as coalizões com as quais trabalham, reduzindo sua capacidade de implementar atividades planejadas e futuras. Embora a natureza dos desafios de financiamento varie de acordo com a região, alguns temas comuns emergiram. Em particular, as OSCs que trabalham com questões sensíveis, como direitos humanos e espaço cívico, relataram ter sido afetadas de forma desproporcional, uma vez que os doadores frequentemente consideram essas atividades controversas; elas são, portanto, mais vulneráveis à retirada de financiamento.
Nos **Territórios Palestinos Ocupados**, um dos maiores desafios enfrentados pelas OSCs é a imposição de condições políticas por parte das agências internacionais de financiamento. Essas condições são muitas vezes estabelecidas em resposta a alegações feitas pelas autoridades israelenses contra as OSCs palestinas. Consequentemente, a redução do financiamento levou a cortes nas atividades programáticas, tornando difícil manter os níveis anteriores de engajamento e apoio cívico.
OSCs de **Uganda** enfrentaram impactos significativos devido ao encerramento da USAID em 2025, o que levou a uma redução nas oportunidades de financiamento e ao aumento da competição entre as OSCs por financiamento. Isso tornou difícil para as organizações atingirem os seus objetivos. Da mesma forma, as OSCs em **Moçambique** sofreram cortes significativos no financiamento, principalmente da USAID, o que afetou suas capacidades de realizarem atividades. Algumas OSCs tiveram que reduzir o quadro de funcionários e diminuir suas atividades e deslocamentos devido a essas restrições de financiamento**.** No **Camboja**, as OSCs têm sofrido uma redução significativa no financiamento proveniente de várias fontes, incluindo a União Europeia e outros doadores internacionais. Por exemplo, a Sida (Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), que há muito desempenha um papel fundamental no apoio ao espaço cívico e aos direitos humanos, está atualmente eliminando gradualmente o seu apoio. Esta mudança enfraqueceu o apoio disponível para as organizações de direitos humanos.

Estratégias

- **Construir redes e alianças.** As OSCs em **Uganda** têm se concentrado na criação de redes e alianças sólidas com outras OSCs e organizações internacionais. Isso lhes permite compartilhar recursos e apoiar-se mutuamente em momentos de necessidade.
- **Diversificar doadores.** Na **África do Sul** e no **Camboja**, as organizações mantêm uma base diversificada de doadores para seus diferentes programas. Isso as ajuda a mitigar o risco de perder uma única fonte de financiamento.
- **Gerar fontes alternativas de renda.** As OSCs criaram centros de negócios para gerar renda; o que proporciona apoio adicional para as organizações e seus funcionários. Modelos de negócios sustentáveis visam fornecer serviços como aluguel de espaço, venda de produtos e oferta de treinamento.
- **Garantir o acesso a fundos flexíveis e de emergência**. Em resposta à redução do apoio de doadores, algumas OSCs enfatizaram a importância de garantir que as propostas de financiamento incluam recursos flexíveis e linhas de crédito de emergência para fornecer apoio rápido durante crises. Ao manter um certo grau de flexibilidade financeira, as OSCs estão mais bem posicionadas para sustentar suas atividades e proteger seus funcionários, mesmo quando o financiamento externo se torna incerto ou sofre atrasos.
- **Defender o financiamento sustentável e estruturas facilitadoras.** As OSCs na **Indonésia** estão trabalhando ativamente para garantir sistemas de financiamento e ambientes políticos mais favoráveis. Por exemplo, elas estão promovendo uma estrutura nacional para fortalecer o setor filantrópico e defendendo a criação de um fundo patrimonial que ofereça apoio, especialmente para organizações de base. Além disso, as OSCs na Indonésia estão monitorando as políticas de compras governamentais para garantir oportunidades justas de colaboração e acesso a financiamento para a sociedade civil.

Ameaças à segurança e ao bem-estar

Muitos ASCs enfrentam pressão crescente, estresse e até mesmo riscos à sua segurança em seus esforços para defender o espaço cívico e, especificamente, em seu trabalho para promover práticas comerciais e cadeias de valor justas e inclusivas. Cuidar do seu bem-estar não é apenas urgente, mas essencial para sustentar seu engajamento a longo prazo.

> **'Segurança, apoio psicossocial e bem-estar devem definitivamente fazer parte de projetos futuros.'**
> Participante da pesquisa sediado em Moçambique

OSCs em diferentes contextos estão cada vez mais priorizando a saúde mental e o apoio psicossocial. Esse foco é crucial para garantir o bem-estar dos DDHs e dos funcionários, bem como de suas famílias e comunidades. Pode ajudá-los a lidar com o estresse, o trauma e as exigências emocionais do trabalho.

Estratégias

- **Apoio psicológico e emocional para a sociedade civil.** Nos **Países Baixos**, há uma forte ênfase no apoio psicológico e emocional durante os protestos climáticos. Os DDHs têm acesso a terapeutas, sessões de avaliação pós-ação e sistemas de apoio mútuo. Esta abordagem garante que os participantes possam expressar as suas emoções livremente. Nos **Territórios Palestinos Ocupados**, OSCs recebem apoio através de aconselhamento e grupos de apoio para ajudá-las a lidar com traumas e o estresse. Abordagens inovadoras, como psicodrama e apoio ao trauma secundário, também são oferecidas a profissionais da linha de frente e líderes comunitários. Os participantes enfatizaram que esse tipo de apoio psicossocial não é apenas benéfico, mas muitas vezes uma condição prévia necessária para sustentar seu ativismo e dar continuidade ao trabalho comunitário.
- **Promover a comunicação aberta e a expressão emocional.** Na **Indonésia** e **Índia**, as organizações promovem uma cultura de comunicação aberta, na qual os funcionários compartilham regularmente suas experiências de campo, desafios e insights por meio de um diálogo aberto. Isso pode ajudar a mitigar o estresse que vivenciam devido à exposição a ameaças e narrativas negativas.
- **Políticas institucionais de bem-estar e proteção.** A **Nigéria** implementa políticas de salvaguardas para garantir que os funcionários conheçam os canais adequados para denunciar assédio ou ameaças. A abordagem de **Moçambique** inclui a criação de redes mais amplas, como a Rede Moçambicana de Defensores dos Direitos Humanos, para fornecer apoio psicossocial e jurídico.
- **Práticas de bem-estar comunitário e organizacional.** As OSCs oferecem sessões de treinamento focadas em apoio psicossocial e bem-estar. Além disso, alguns participantes da pesquisa mencionaram que suas organizações realizam reuniões de revisão regulares e atividades anuais voltadas para o bem-estar, incluindo palestras motivacionais. Isso promove um senso de comunidade e apoio moral.
- **Protocolos de segurança digital.** Com o aumento das ameaças online, as OSCs estão cada vez mais focadas na cibersegurança e no compartilhamento de capacidades para garantir a segurança online e o fortalecimento das habilidades digitais de seus funcionários. As abordagens utilizadas por OSCs na **Índia** e em **Uganda** incluem iniciativas e treinamentos regulares sobre cibersegurança. Da mesma forma, uma organização parceira no **Camboja** está promovendo a conscientização sobre segurança digital por meio do apoio de treinamentos de F4A. Como próximo passo, eles gostariam de criar políticas internas para proteger seus funcionários quando ocorrerem ataques digitais.
- **Construir alianças para a elaboração de estratégias nacionais e segurança.** Na **Nigéria**, os participantes das DGFs enfatizaram a importância de parcerias sólidas com organizações de base; eles explicaram como essas parcerias forneceram insights cruciais para a elaboração de estratégias nacionais e os ajudaram a adaptar as atividades ao ambiente político sensível. Por exemplo, as atividades muitas vezes tiveram que ser adiadas ou ajustadas com base nas recomendações dessas organizações. Os seus insights foram essenciais para determinar quando era seguro e estratégico engajar as comunidades sem expô-las a riscos desnecessários.

Exclusão da tomada de decisões, influência corporativa indevida e falta de consentimento livre, prévio e informado.

Em todos os países, os marcos legais que regem a agricultura continuam a reforçar as desigualdades estruturais, a minar a autonomia dos agricultores e a restringir o engajamento cívico. As leis agrícolas nesses países beneficiam desproporcionalmente os atores poderosos, ao mesmo tempo que marginalizam os pequenos agricultores e as comunidades, deixando-os excluídos dos processos de tomada de decisão que afetam diretamente seus meios de subsistência.

Em **Moçambique**, grandes empresas têm usado sua influência para pressionar o governo a seu favor. Por exemplo, um grupo de grandes empresas pressionou com sucesso o governo para que fosse aplicado um imposto de 18% sobre as exportações de gergelim, o que não só restringiu o acesso dos pequenos agricultores ao mercado, como também os excluiu dos processos de formulação de políticas (F4A, 2021). Tais decisões são tomadas sem a participação dos mais afetados, ilustrando como o espaço cívico está sendo restringido por meio de mecanismos jurídicos e corporativos. De forma semelhante, na **África do Sul**, **Uganda** e **Nigéria**, políticas restritivas limitam ainda mais o acesso ao mercado e a alocação de recursos. Em Uganda, por exemplo, o Projeto de Lei Nacional do Café, se aprovado, regulamentaria a entrada no mercado cafeeiro e excluiria os agricultores que não estivessem oficialmente registrados.[27]

O engajamento com o setor privado mostrou-se desafiador, uma vez que os atores corporativos frequentemente controlam os termos da interação e excluem a sociedade civil de uma participação significativa. Na **África do Sul**, protestos visaram grandes empresas por aplicarem dois pesos e duas medidas nas práticas de venda de pesticidas.[28] Apesar da pressão pública, os representantes das empresas inicialmente se recusaram a aceitar um memorando e aqueles que eventualmente responderam mostraram-se pouco cooperativos e desdenhosos.[29]

Os conflitos fundiários evidenciam ainda mais a convergência dos interesses do Estado e das empresas em detrimento dos direitos das comunidades. Em muitos contextos, os governos permitem que o setor privado prejudique os direitos das comunidades, alavancando o setor privado no desenvolvimento econômico. Por exemplo, na **Indonésia**, a Lei de Criação de Empregos[30] exacerbou o problema ao facilitar a grilagem de terras, concedendo às grandes empresas acesso mais fácil à terra, ao mesmo tempo que mina os direitos dos pequenos agricultores e ignora os requisitos de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)[31]. Isso enfraqueceu o poder de barganha das comunidades na aquisição de terras para projetos nacionais (Damayanti, Wahanisa e Fidiyani, 2025).

Mulheres da comunidade Dasan Geria participam na Sekolah Setara (Escola da Igualdade), um workshop de consulta comunitária organizado pela Gema Alam, parceira local da Oxfam. Foto: Aimee Han/Oxfam

QUADRO 2: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES E GRUPOS MARGINALIZADOS QUE ENFRENTAM BARREIRAS ESPECÍFICAS E SIGNIFICATIVAS À PROPRIEDADE DA TERRA.
Os direitos fundiários limitados, bem como o controle desigual sobre os recursos naturais, prejudicam a participação no espaço cívico e restringem o papel das pessoas nas cadeias de valor, onde o poder de decisão está intimamente ligado à propriedade da terra e ao controle dos recursos. Em **Uganda**, as agricultoras enfrentam barreiras significativas ao acesso e à propriedade da terra, particularmente em áreas rurais onde prevalece a propriedade consuetudinária, como nas regiões norte e nordeste. Da mesma forma, na **África do Sul**, as autoridades tradicionais frequentemente impedem as mulheres solteiras de acessar ou possuir terras, o que também limita suas oportunidades de exportação, já que a propriedade da terra é um pré-requisito para participar dos mercados formais. Sem direitos fundiários seguros, as mulheres têm capacidade limitada de participar em cooperativas de produtores e de assumir papéis de liderança, negociar condições mais justas ou de se envolver na defesa de políticas agrícolas. Nos **Territórios Palestinos Ocupados**, a expansão dos assentamentos, apoiada pelas autoridades israelenses, restringe o acesso dos agricultores às suas terras e aos recursos naturais. Para resistir a isso, os sindicatos apoiam a resiliência dos agricultores a través de campanhas pelos direitos à terra e à água e fornecendo os recursos necessários para cultivar e permanecer nas suas terras.

Estratégias

- **Mobilizar o apoio público por meio de manifestações.** Na **África do Sul**, as OSCs organizaram manifestações públicas para denunciar o uso de dois pesos e duas medidas nas práticas de venda de pesticidas, gerando cobertura midiática positiva e conquistando o apoio público para suas reivindicações.[32]
- **Engajar gradualmente as empresas para influenciar as normas.** No **Brasil**, as OSCs e os sindicatos estabeleceram um diálogo com grandes empresas e organismos de certificação, principalmente na cadeia de valor do açúcar. Os sindicatos de trabalhadores, inicialmente inseguros quanto à sua capacidade de dialogar com grandes empresas ou organizações de auditoria, gradualmente adquiriram a confiança e as habilidades necessárias para manter conversas significativas e influenciar as normas.[33]
- **Fortalecer o poder dos agricultores nas parcerias com o setor privado.** Isso pode ampliar o espaço cívico, aumentando a autonomia econômica e a participação dos agricultores nos processos de tomada de decisão. Na **Indonésia**, o treinamento oferecido por empresas dos setores de óleo de palma e pesca ajuda os agricultores a adquirirem habilidades, confiança e uma voz coletiva mais forte.[34]
- **Defender regulamentações justas.** Em **Uganda**, uma coalizão de OSCs se mobilizou contra o Acordo de Implementação do Projeto de 2022[35] Os críticos alertaram que ele violava a política nacional de café, criava um monopólio injusto e marginalizava os pequenos agricultores. As OSCs elaboraram um documento com 14 propostas para abordar essas cláusulas controversas e o apresentaram à Comissão Parlamentar de Comércio. O documento foi adotado, contribuindo para a decisão do Parlamento de declarar o acordo inconstitucional e recomendar sua rescisão (F4A, 2023).
- **Envolver grupos religiosos nas operações.** Em alguns países, líderes étnicos e religiosos frequentemente atuam como mediadores entre as OSCs e atores poderosos, como organizações de resistência ou milícias aliadas aos militares. Em contextos em que as leis e os procedimentos restringem severamente a ação cívica, especialmente em relação à terra e às indústrias extrativas, essa mediação torna-se essencial para que as OSCs continuem operando apesar das barreiras legais e políticas.
- **Expandir o poder das mulheres e jovens agricultores por meio da inclusão financeira e comercial para fortalecer a participação.** Vários países – **Uganda, Indonésia, África do Sul** e **Gana** – estão promovendo o espaço cívico ao apoiar mulheres e jovens agricultores com acesso a serviços financeiros, capacitação em comércio, treinamento em conformidade e engajamento estratégico com o setor privado.

' [...] de acordo com todas as leis internacionais de direitos humanos, [os colonos israelenses] são ilegais porque estão ocupando as terras dos agricultores palestinos, estabelecendo assentamentos e restringindo o acesso dos palestinos aos seus recursos naturais'
Participante da pesquisa baseado nos Territórios Palestinos Ocupados

Essas iniciativas fortalecem a capacidade de grupos marginalizados de participar da governança, reivindicar direitos fundiários e influenciar políticas públicas. Por exemplo, na **Indonésia,** esforços foram feitos para criar parcerias com atores do setor privado a fim de negociar melhores condições para empresas lideradas por mulheres, proporcionando-lhes acesso a modelos de negócios alternativos e apoio financeiro. Da mesma forma, em Gana, as OSCs têm se engajado com agências corporativas de forma contínua, porém discreta, para apoiar as trabalhadoras rurais do cacau e seus filhos, fornecendo serviços de creche e educação (F4A, 2023).

Negociação coletiva e tomada de decisões econômicas limitadas

Em alguns países, os pequenos agricultores enfrentam desafios significativos na organização e defesa dos seus direitos. No entanto, através do programa F4A, receberam apoio para fortalecer a sua voz coletiva e a sua capacidade de reivindicar esses direitos. Em **Moçambique**, os agricultores carecem de informação suficiente para compreender os procedimentos de formalização das suas associações; esta situação é agravada pela falta de incentivos fiscais, o que os torna vulneráveis à exploração por parte de comerciantes privados.[36] Da mesma forma, em **Gana**, apesar da contribuição substancial dos produtores de cacau para a economia, eles historicamente careceram de uma voz sindicalizada, o que dificulta sua capacidade de defender coletivamente preços justos e melhores condições de trabalho. Promover a criação de coalizões fortes tem sido fundamental para melhorar suas condições e aumentar sua resiliência.

'Quando visitamos uma das comunidades em Pernambuco, as mulheres líderes se manifestaram com veemência. Elas descreveram como a empresa que reivindica a propriedade da terra [onde as famílias vivem há mais de 50 anos] usa diferentes estratégias para pressioná-las e expulsá-las. As mulheres foram muito expressivas, citando as ações tomadas contra suas comunidades, mas também enfatizando sua própria determinação em resistir e proteger suas terras.'
Participante da pesquisa baseado no Brasil

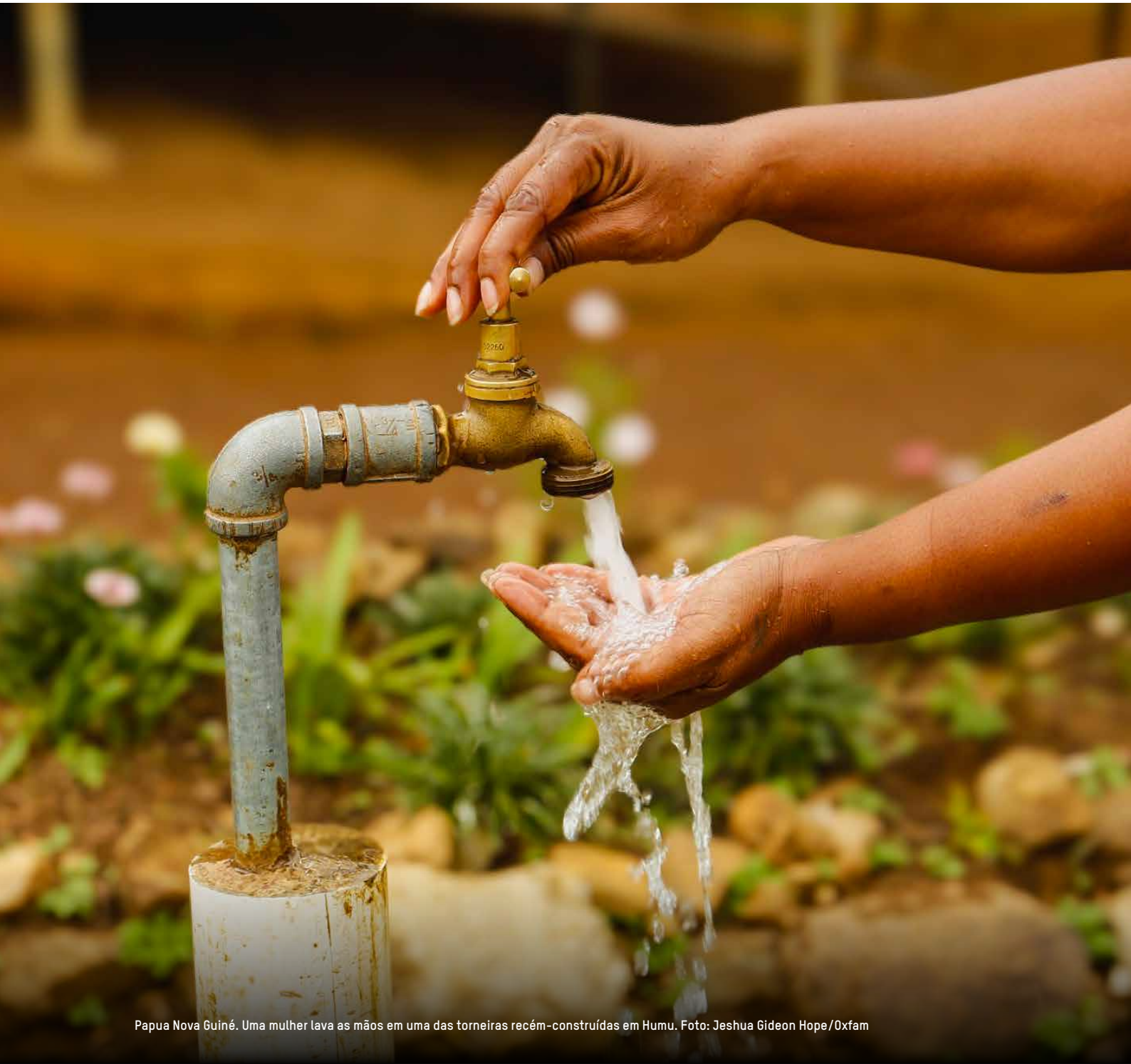
QUADRO 3: VULNERABILIDADES E EXPERIÊNCIAS ESPECÍFICAS DE GÊNERO
Durante as discussões, também foram levantadas vulnerabilidades específicas de gênero. No Brasil, as trabalhadoras em condições análogas à escravidão muitas vezes não são reconhecidas pelas autoridades como pessoas afetadas pela exploração, o que resulta em sua exclusão de indenizações e do apoio oficial. Assim, as mulheres estão frequentemente na linha de frente das lutas comunitárias, mas ainda são sub-representadas em posições de liderança durante as negociações. No setor de mineração de **Gana**, dominado por homens, onde apenas 9% dos funcionários são mulheres e a maioria dos cargos está concentrada entre as elites urbanas, as mulheres das áreas rurais se mobilizaram para entrar na cadeia de valor por meio de cooperativas agrícolas. Ao fornecerem produtos agrícolas para as empresas de mineração, elas estão conquistando um papel econômico em espaços que historicamente as excluíram; seus esforços e o engajamento simultâneo com o governo e as empresas para promover políticas que reconheçam as contribuições econômicas das mulheres e ampliem as oportunidades mais justas são um exemplo notável de adaptação estratégica.

Estratégias

- **Empoderar os agricultores por meio da organização coletiva.** Em **Gana**, a formação da União Nacional de Cooperativas de Cacau permitiu que os agricultores superassem desafios e tivessem força para defender coletivamente preços justos e melhores condições de trabalho, fortalecendo seu poder de barganha e promovendo uma participação mais equitativa na cadeia de valor. Embora o estabelecimento de uma coalizão sólida tenha se mostrado uma estratégia bem-sucedida, são necessários esforços contínuos para ampliar o alcance e incentivar mais agricultores a aderirem.[37]
- **Promover o diálogo social inclusivo.** O diálogo social a nível nacional em **Uganda** está melhorando graças a uma melhor coordenação entre os sindicatos e uma colaboração mais eficaz entre os sindicatos e as associações patronais em questões-chave, como o salário-mínimo (F4A, 2021). No entanto, de acordo com os participantes da pesquisa, os acordos coletivos continuam

a ser escassos em Uganda, abrangendo aproximadamente 400.000 trabalhadores de uma força de trabalho total de 23 milhões em 2024 (World Bank, 2025). São necessários mais esforços para promover a colaboração entre a sociedade civil e o setor privado a fim de abordar as preocupações e criar confiança.[38]

- **Fortalecer o papel das mulheres nos sindicatos.** A participação das mulheres nos sindicatos tem sido fortalecida no **Brasil**, particularmente por meio de parcerias com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR).[39] A CONTAR tem apoiado a criação de secretarias femininas e mecanismos internos para combater as desigualdades de gênero dentro dos sindicatos.[40]
- **Capacitar sindicatos rurais para lidar com questões trabalhistas.** Também no **Brasil**, onde os sindicatos são relativamente fortes, são adotadas abordagens estratégicas no âmbito do programa F4A para apoiar sindicatos de trabalhadores rurais na realização de inspeções trabalhistas, participação em negociações coletivas e no enfrentamento direto de práticas trabalhistas exploradoras. Muitos dos resgates trabalhistas dos últimos anos foram resultado dessas colaborações.[41]



Papua Nova Guiné. Uma mulher lava as mãos em uma das torneiras recém-construídas em Humu. Foto: Jeshua Gideon Hope/Oxfam

4. CONCLUSÃO

Há evidências no transcorrer desta pesquisa que sugerem que **os parceiros de F4A se adaptam, resistem e inovam continuamente diante de um espaço cívico que encolhe.** Os resultados ilustram como as OSCs navegam em ambientes complexos e muitas vezes restritivos, na medida em que equilibram os riscos, constroem resiliência e sustentam seu papel na sociedade.

Um dos exemplos mais claros desse esforço de equilíbrio é identificado na forma como as OSCs utilizam a linguagem e a comunicação. Os espaços públicos, a mídia e as plataformas digitais são essenciais para o engajamento cívico, ao passo que também expõem as OSCS a riscos. Em contextos repressivos, essas organizações adotam uma linguagem neutra para evitar o escrutínio governamental e manter o acesso às partes interessadas, enquanto em ambientes menos restritivos e repressivos, como nos Países Baixos, elas usam uma linguagem mais direta e confrontadora para desafiar as estruturas de poder.

COALIZÕES SÃO FREQUENTEMENTE FORMADAS PARA COORDENAR RESPOSTAS, FORTALECER A VISIBILIDADE E A PROTEÇÃO, E AMPLIAR O APOIO A ATIVIDADES DE ADVOCACY.

Ademais, a formação de coalizões é uma estratégia recorrente e poderosa para compartilhar recursos e riscos, e para afirmar a legitimidade. Em contextos focados na defesa dos direitos fundamentais, as coalizões são frequentemente formadas para coordenar respostas, fortalecer a visibilidade e a proteção, e ampliar o apoio a atividades de advocacy. Em contextos de práticas comerciais e cadeias de valor inclusivas e justas, as coalizões são frequentemente setoriais e formadas por comunidades de base, envolvendo sindicatos de agricultores, cooperativas e associações comerciais que pressionam coletivamente por políticas mais justas e acesso aos mercados. Esses esforços coletivos também se estendem à resiliência financeira: diante do financiamento precário, as OSCs recorrem a suas alianças não apenas para defender seus interesses, mas também para angariar recursos, incorporar o trabalho em prol do espaço cívico em programas mais amplos e desenvolver iniciativas geradoras de renda. Dessa forma, a formação de coalizões serve tanto como estratégia política quanto como meio de sustentar as organizações em ambientes desafiadores.

Outra tendência chave é o reconhecimento de que é possível sustentar o espaço cívico baseando-se no bem-estar e na adoção de uma ótica focada no gênero e de natureza interseccional. Muitas organizações estão incorporando apoio psicossocial, aconselhamento em caso de traumas, sistemas de apoio entre pares e momentos de descanso em suas operações, ao mesmo tempo em que criam espaço para a liderança feminina por meio de programas sensíveis ao gênero, iniciativas lideradas por mulheres e redes que amplificam suas vozes. Juntos, esses esforços refletem uma compreensão mais ampla de que cuidar das pessoas e promover a igualdade são aspectos inseparáveis. Somente abordando ambos esses aspectos é que as OSCs conseguem construir a resiliência necessária para prosperar em ambientes restritivos.

5. RECOMENDAÇÕES

Para as OSCs e as ONGs internacionais

- Situar o espaço cívico no centro das análises de contexto e das intervenções, incluindo-o no desenho e implementação de programas (por exemplo, incorporando-o na Teoria da Mudança das organizações e projetos), bem como no monitoramento (por exemplo, utilizando a Ferramenta de Monitoramento do Espaço Cívico da Oxfam) e na avaliação. Essa abordagem possibilita adaptações oportunas em resposta a mudanças no contexto do espaço cívico.
- Para que possam permanecer ágeis e adaptáveis em ambientes desafiadores, as organizações devem aumentar a disponibilidade de financiamento flexível e incondicional. Um Fundo de Resposta Rápida dedicado pode fornecer apoio urgente durante crises, cobrindo custos como defesa jurídica *pro bono*, iniciativas voltadas para o bem-estar, advocacy público e mobilização solidária quando DDHs são detidos, assediados ou enfrentam ameaças jurídicas. Quando a inclusão direta de fundos flexíveis ou de pequeno porte em projetos não for viável, encoraja-se que as organizações negociem com os doadores a inclusão de fundos de contingência nos orçamentos dos projetos.
- Dedicar recursos e capacitação para que os DDHs e as OSCs interajam em espaços transnacionais e inter-regionais. Esses espaços permitem o compartilhamento de conhecimento e aprendizagem; além disso, facilitam especificamente a troca de boas práticas e estratégias para se adaptar a reduções e mudanças no espaço cívico. São plataformas valiosas para o apoio mútuo e o monitoramento das tendências globais e regionais no espaço cívico.
- Consolidar a documentação sobre histórias e advocacy baseado em evidências para possibilitar um engajamento efetivo com órgãos regionais e internacionais, como a ONU, a OCDE, a UA, a ASEAN e a UE. Essa abordagem colaborativa e conduzida por evidências pode exercer pressão sobre os governos para que respeitem as liberdades e os direitos cívicos a que os cidadãos e a sociedade civil têm direito.
- Diversificar parcerias para a promoção e defesa do espaço cívico, engajando-se com ASCs emergentes, incluindo organizações lideradas por jovens e de base comunitária, universidades, instituições culturais, associações de jornalistas, municípios e partes interessadas selecionadas dentre o setor privado. Em contextos em que os parceiros das OSCs que não estão alinhados com o governo são cada vez mais marginalizados, monitorados ou penalizados com requisitos de conformidade excessivos, trabalhar com novos atores oferece vantagens estratégicas e de proteção, além de propiciar perspectivas renovadas e mais energia para o trabalho em prol do espaço cívico.
- Defender a liberdade na internet e a inclusão digital, e combater ativamente o assédio online para garantir um ambiente online seguro. As redes sociais devem ser usadas para elevar a conscientização cívica e educar o público sobre seus direitos.
- Criar um guia de linguagem de censura em colaboração conjunta com os DDHs. Este guia ajudaria a identificar e adaptar frases e palavras-chave comumente censuradas para garantir que as mensagens cívicas possam continuar a ser comunicadas de forma efetiva em espaços digitais restritos.

Para partes interessadas governamentais e outros doadores

- Priorizar a proteção, expansão e fortalecimento do espaço cívico nas agendas de desenvolvimento. Doadores e atores internacionais de desenvolvimento deveriam incluir o espaço cívico no topo de suas agendas e alocar orçamentos suficientes para esse fim. Esses recursos deveriam ser direcionados para a proteção do bem-estar dos defensores dos direitos humanos e para o fortalecimento da capacidade da sociedade civil, particularmente em áreas como liderança, advocacy e habilidades estratégicas ao lidar com litígios.
- Adotar uma abordagem e requerimentos mais flexíveis quanto aos relatórios emitidos pelas organizações beneficiárias. Uma maior flexibilidade pode ajudar as OSCs a adaptar suas atividades, orçamentos e programas de forma mais responsiva, no contexto de um espaço cívico cada vez menor e em constante mudança.
- Apoiar abordagens sensíveis ao contexto e baseadas em gênero que estejam alinhadas com as prioridades nacionais. Essas abordagens devem ser baseadas nas necessidades daqueles mais afetados pelas restrições no espaço cívico. A colaboração com as pessoas mais afetadas pelas restrições criará oportunidades para defender e ampliar o espaço cívico.
- Considerar a vulnerabilidade específica dos atores que lutam por práticas comerciais e cadeias de valor inclusivas e justas. Esses ASCs frequentemente trabalham em questões sensíveis e necessitam de apoio programático, político e diplomático.

Para o setor privado

- Para respeitar e defender o espaço cívico, as empresas devem respeitar os direitos humanos, assim como proteger e habilitar o espaço cívico em todas as suas operações e cadeias de valor. Isso requer estar em plena conformidade com dispositivos internacionais como os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos[42] e as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável[43].
- Adotar e implementar políticas de tolerância zero por parte da empresa contra represálias tendo como alvo defensores de direitos humanos e garantir condições seguras para todos aqueles que manifestam preocupações.
- Demonstrar consistentemente apoio público e privado às OSCs, aos sindicatos e aos defensores dos direitos humanos, e intensificar esse apoio quando estiverem sob ataque.
- Institucionalizar um diálogo regular com as OSCs, sindicatos e comunidades, ao mesmo tempo em que se exerce influência através de iniciativas de múltiplas partes interessadas para abordar impactos negativos sobre o espaço cívico.
- Compartilhar e permitir o acesso a dados relevantes, como orçamentos e avaliações de impacto, para promover a participação significativa e informada das partes interessadas.
- Engajar-se com OSCs e sindicatos por meio de parcerias de longo prazo, em vez de limitar o envolvimento a iniciativas de responsabilidade social corporativa (RSC) de curto prazo.
- Estabelecer, manter e cooperar em mecanismos de reclamação por meio dos quais as partes interessadas impactadas e detentoras de direitos possam apresentar reclamações e buscar reparação. Para isso, as empresas devem proteger as partes interessadas afetadas contra retaliações e represálias, incluindo a garantia de anonimato e a implementação de medidas de proteção para defensores de direitos humanos e denunciantes.
- Defender e apoiar a implementação de leis e políticas que promovam o espaço cívico e os direitos humanos nas cadeias de valor das empresas. Isso inclui legislação obrigatória de devida diligência em matéria de direitos humanos e proteções para sindicatos.

BIBLIOGRAFIA

Al Jazeera. (23 July 2024). *Uganda police detain dozens of people at anti-corruption protests*. Accessed 29 September 2025. https://www.aljazeera.com/news/2024/7/23/uganda-police-detain-dozens-of-people-at-anti-corruption-protests

Breed Mensenrechten Overleg (BMO). (2025). *Civic Space Report: Netherlands.* European Civic Forum. Accessed 29 September 2025. https://civic-forum.eu/wp-content/uploads/2025/06/Civic-Space-Report-2025-Netherlands.pdf

Cambodian League for the Promotion and Defense of Human Rights. (2023). *Spotlight on Human Rights Defenders: Prum Chantha*. Accessed 29 September 2025. https://www.licadho-cambodia.org/articles/20230615/186/index.html

Civic Space Working Group. (2023a). *Programming and Influencing Strategies to Protect and Promote Civic Space. Internal document.* The Civic Space Working Group of the Knowledge Hub on Governance and Citizenship.

Civic Space Working Group. (2023b). *Civic Space Strategizing Proposition Overview. Internal document.* Civic Space Knowledge Hub Governnce and Citizenship.

CIVICUS. (4 December 2024). *The CIVICUS Monitor downgrades the Netherlands' civic space to "Narrowed" amid increasing repression of protest rights*. Press release. Accessed 29 September 2025. https://monitor.civicus.org/press_release/2024/netherlands/

Damayanti, D. D., Wahanisa, R. and Fidiyani, R. (2025). 'Legal Implications of the Job Creation Law on the Protection of Community Land Rights in National Strategic Areas'. *Journal of Law, Politic and Humanities*, 5(5). Accessed 29 September 2025. https://doi.org/10.38035/jlph.v5i5

Dela Paz, R. (2 September 2025). *Indonesia: Investigate violations during protest crackdown and hold security forces to account*. Accessed 29 September 2025. CIVICUS. https://www.civicus.org/index.php/fr/medias-ressources/112-news/7848-indonesia-investigate-violations-during-protest-crackdown-and-hold-security-forces-to-account

Efthymiou, N. and Scherpenisse, W. (18 October 2023). *Are there constitutional barriers on the highway for demonstrators?* Accessed 29 September 2025. https://www.eur.nl/en/news/are-there-constitutional-barriers-highway-demonstrators

FAIR for ALL. (2021). *FAIR for ALL Baseline Internal Report*. The Hague.

FAIR for ALL. (2023). *F4A Internal Outcome Statement 2023.*

FAIR for ALL. (2024). *Learning Journey on Land Inequality from Crosscutting Perspectives and Gender Reflection Session. Post event report*. Oxfam Novib.

Global Witness. (2016). *We don't care, we're still in power*. Accessed 29 September 2025. https://globalwitness.org/en/campaigns/corruption-and-money-laundering/we-dont-care-were-still-in-power/

International Center for Not-for-Profit Law. (2021). *India's Foreign Contribution (Regulation) Act*. Accessed 29 September 2025. https://www.icnl.org/post/assessment-and-monitoring/indias-foreign-contribution-regulation-act-fcra

Iqbal, H. (20 July 2018). *Who profits from the death of Cambodia's democracy?* Global Witness. Accessed 29 September 2025. https://globalwitness.org/en/campaigns/corruption-and-money-laundering/who-profits-death-cambodias-democracy/

Mureithi, C. (2024). *Scores arrested in Uganda at banned rally inspired by Kenya protests*. The *Guardian*. Accessed 29 September 2025. https://www.theguardian.com/world/article/2024/jul/23/scores-arrested-in-uganda-at-banned-rally-inspired-by-kenya-protests

Oxfam. (2017). *Oxfam Influencing Strategy on Shrinking and Shifting Civic Space. Mid-term review. Internal version.*

Oxfam. (2019). *Civic Space Monitoring Tool: Understanding what is happening in civic space at a local and national level*. Accessed 29 September 2025. https://policy-practice.oxfam.org/resources/civic-space-monitoring-tool-understanding-what-is-happening-in-civic-space-at-a-620874/

Oxfam. (2023). *Defending Civil Society and Civic Space in Uganda. Internal document*.

Ratcliffe, R. (26 July 2023). *Cambodia PM Hun Sen steps down and hands over power to son*. The *Guardian*. Accessed 29 September 2025. https://www.theguardian.com/world/2023/jul/26/cambodia-pm-hun-sen-steps-down-hands-over-power-son

Sapienza, E., Manzotti, G. and Patel, L. (2023). *Protests, human rights and conflict prevention: Proposals to rethink the models of state response to social mobilisation.* UNDP Latin America and the Caribbean. Accessed 29 September 2025. https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2024-06/pds-number49_protestas_en.pdf

Secretaria de Comunicação Social. (2023). *Brazilian government establishes a social participation council and reinstates its dialogue with social movements*. Governo do Brasil. Accessed 29 September 2025. https://www.gov.br/secom/en/latest-news/2023/brazilian-government-establishes-a-social-participation-council-and-reinstates-its-dialogue-with-social-movements

Sulaiman, S. and Suroyo, G. (31 August 2025). *Deadly Indonesia protests force U-turn on lawmakers´ perks*. Reuters. Accessed 29 September 2025. https://www.reuters.com/world/asia-pacific/deadly-indonesia-protests-force-u-turn-lawmakers-perks-2025-08-31/

United Nations. (24 August 2022). *UN experts condemn Israeli suppression of Palestinian human rights organisations*. Press release. Accessed 29 September 2025. https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/08/un-experts-condemn-israeli-suppression-palestinian-human-rights

World Bank. (2025). *World Bank Open Data: Labour Force, total - Uganda*. Accessed 29 September 2025. https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.IN?locations=UG

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi realizado em colaboração entre o programa F4A e a Unidade de Aprendizagem, Inovação e Conhecimento (the Learning, Innovation and Knowledge Unit - LINK) da Oxfam Novib. Alice Kooij e Camille Dancoisne conceberam e encomendaram o estudo, Stephanie Milan Ramos delineou a metodologia e liderou a coleta de dados, análise e redação do manuscrito; Annida Putri contribuiu com a coleta de dados, análise e redação do manuscrito. As autoras agradecem o feedback construtivo por parte dos revisores, incluindo Pia Zeinoun, Erik Boonstapel, Bart Weijs, Miguel de la Vega e Katja Koegler. Estendemos também um agradecimento especial aos participantes da pesquisa, parceiros e organizações de base que generosamente compartilharam seus conhecimentos, experiências e perspectivas. Suas contribuições foram indispensáveis no desenvolvimento deste estudo, propiciando insights críticos sobre a defesa do espaço cívico e o avanço de práticas comerciais e cadeias de valor inclusivas e justas.

Este relatório foi editado por Lucie Cowie e traduzido para o português por Eduardo Rodrigues. O desenho foi feito por Nigel Willmott.

Foto da capa: Hilda Flavia Nakabuye é ativista climática em Kampala, Uganda. Ela e seus amigos e amigas realizam regularmente ações de limpeza nas margens do Lago Vitória.
Foto: Emmanuel Museruka/Oxfam.

NOTAS DE FIM

1 Os seguintes países foram incluídos neste estudo de pesquisa: Brasil, Camboja, Gana, Índia, Indonésia, Moçambique, Nigéria, Países Baixos, Territórios Ocupados da Palestina (TOP), África do Sul, Uganda e Vietnã

2 Para mais informações, consultar: Oxfam. (2019). O Programa FAIR for ALL. Acessado em 30 de setembro de 2025. https://www.oxfamnovib.nl/fair-for-all

3 O programa F4A encontra-se implementado em 14 países no mundo: Brasil, África do Sul, Moçambique, Gana, Nigéria, Quênia, Uganda, TOP, Índia, Vietnã, Indonésia, Camboja, Mianmar e Países Baixos. Quanto a este estudo de pesquisa, o Quênia não foi incluído, já que os parceiros não responderam ao nosso convite, possivelmente devido a outras prioridades ou disponibilidade restrita na época. Mianmar também esteve excluído da pesquisa.

4 O índice CIVICUS Monitor é uma ferramenta de monitoramento desenvolvida pela CIVICUS para rastrear o posicionamento anual do espaço cívico através das regiões do globo. CIVICUS Monitor. Acessado em 15 de maio de 2025. https://monitor.civicus.org/data/

5 CIVICUS Monitor. (11 de agosto de 2025). *Como Funciona*. Acessado em 30 de setembro de 2025. https://monitor.civicus.org/about/how-it-works/ratings/

6 A FCRA foi promulgada pela primeira vez em 1976 e revisada em 2010 para regular doações estrangeiras a organizações indianas sem fins lucrativos. As emendas feitas em 2020 introduziram medidas mais rigorosas, incluindo uma proibição de sub-concessões entre organizações registradas, um teto rígido para as despesas administrativas e um controle centralizado dos fundos através do State Bank of Delhi e do Ministério do Interior. Acessado em 30 de setembro de 2025. https://www.icnl.org/post/assessment-and-monitoring/indias-foreign--contribution-regulation-act-fcra

7 Ideias ou ações contra injustiças ou discriminações que às vezes são percebidas como sendo rígidas demais, excessivamente moralistas, prejudiciais ou ilegítimas.

8 DGFs com OSCs da Palestina; conduzidas pela autora em 11 de fevereiro de 2025.

9 MAXQDA (Max Weber Qualitative Data Analysis) é um programa de software para análise qualitativa de dados assistida por computador, usado para organizar, codificar e examinar dados textuais, visuais e multimídia.

10 No Camboja, existem dois tipos de ONGs ou ASCs: "ONGs tradicionais" e "ONGs alinhadas ao governo". As ONGs tradicionais foram criadas com base na filosofia da democracia liberal para apoiar o estabelecimento da sociedade cambojana após a guerra civil. Elas trabalham de forma independente, muitas vezes com o apoio de doadores ocidentais. Em contrapartida, as ONGs alinhadas ao governo são atores que fazem parte de uma coalizão chamada Fórum da Aliança da Sociedade Civil. Esse fórum é financiado principalmente pela China e facilitado pelo Conselho de Ministros. Essas organizações recebem financiamento chinês apoiado pelo governo e estão intimamente alinhadas com o governo cambojano. Entrevista com uma OSC cambojana realizada pela autora SMR em 31 de março de 2025.

11 Sedição refere-se a conduta ou discurso que incite à derrubada de um Estado ou monarquia, nos termos do artigo 131.º do Código Penal holandês. DGF com OSC holandesas, vietnamitas e indonésias; conduzido pela autora em 30 de janeiro de 2025.

12 Participante da pesquisa baseado na África do Sul; entrevista conduzida pela autora AP em 27 de março de 2025.

13 DGFs com OSCs holandesas, vietnamitas e indonésias; conduzido pelo autor SMR em 30 de janeiro de 2025.

14 Ibid.

15 De acordo com um participante holandês das DGF, a participação em estratégias varia de acordo com a questão, o nível de risco e o alinhamento estratégico. Algumas organizações assumem uma postura mais vocal ou pública, enquanto outras operam nos bastidores, dependendo de seus pontos fortes, visibilidade e tolerância ao risco. DGF com OSCs holandesas, vietnamitas e indonésias; conduzida pela autora em 30 de janeiro de 2025.

16 Participante da pesquisa baseado no Camboja; entrevista realizada pela autora SMR, em 31 de março de 2025.

17 DGFs com OSCs ganenses, ugandesas e sul-africanas; conduzida pela autora AP em 6 de fevereiro de 2025.

18 DGFs com OSCs holandesas, vietnamitas e indonésias; conduzido pela autora SMR em 30 de janeiro de 2025.

19 Workshop de validação; conduzido pelas autoras SMR e AP em 7 de maio de 2025.

20 Participante da pesquisa baseado no Camboja; entrevista realizada pela autora SMR em 31 de março de 2025.

21 Participante da pesquisa; entrevista realizada pela autora SMR em 17 de abril de 2025.

22 Participante da pesquisa baseado no Camboja; entrevista realizada pela autora SMR em 31 de março de 2025.

23 DGFs com OSCs holandesas, vietnamitas e indonésias; conduzida pela autora SMR em 30 de janeiro de 2025.

24 Workshop de validação; conduzido pelas autoras SMR e AP em 7 de maio de 2025.

25 DGFs com OSC holandesas, vietnamitas e indonésias; conduzida pela autora SMR em 30 de janeiro de 2025.

26 Workshop de validação da pesquisa; conduzido pelas autoras SMR e AP em 7 de maio de 2025.

27 DGFs com OSCs ganenses, ugandesas e sul-africanas, conduzida pela autora AP em 6 de fevereiro de 2025.

28 Os pesticidas são vendidos em países de toda a África, incluindo a África do Sul, apesar de terem sido proibidos na UE devido aos riscos para a saúde ou o ambiente. Participante na pesquisa sediado no Camboja; entrevista realizada pela autora SMR em 27 de março de 2025.

29 Participante na pesquisa sediado na África do Sul; entrevista realizada pelo autor AP em 27 de março de 2025.

30 A Lei Omnibus (Lei de Criação de Empregos), promulgada na Indonésia em 2 de novembro de 2020, é uma reforma que simplifica o licenciamento e a aquisição de terras para atrair investimentos e criar empregos. UNCTAD. (2020). *"Lei Omnibus" sobre a criação de empregos foi promulgada*. Acessado em 30 de setembro de 2025. https://investmentpolicy.unctad.org/investment-policy-monitor/measures/3567/indonesia-omnibus-law-on-job-creation-has-been-enacted

31 O Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC, na sigla em inglês) é o direito dos povos indígenas de serem plenamente consultados e de dar ou negar seu consentimento antes que quaisquer leis, políticas ou projetos que possam afetar suas terras, recursos ou direitos sejam aprovados ou implementados. Acessado em 30 de setembro de 2025. https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/IPeoples/FreePriorandInformedConsent.pdf

32 Ibid.

33 Participante da pesquisa baseado no Brasil; entrevista realizada pela autora SMR em 25 de março de 2025.

34 DGFs com OSCs nigerianas, indonésias e ugandesas; conduzida pela autora AP em 6 de fevereiro de 2025.

35 Um acordo que concede à Uganda Vinci Coffee Company Limited (UVCCL) direitos exclusivos sobre o café, isenções fiscais abrangentes e eletricidade subsidiada. Parlamento de Uganda. (2022). Relatório da Comissão Setorial de Turismo, Comércio e Indústria sobre a investigação das alegadas cláusulas abusivas no Memorando de Entendimento entre o Governo de Uganda e a Uganda Vinci Coffee Company Limited. Acessado em 30 de setembro de 2025. https://parliamentwatch.ug/wp-content/uploads/2022/05/ Comissão Setorial de Turismo, Comércio e Indústria sobre a investigação dos alegados termos injustos no Memorando de Entendimento entre o Governo do Uganda e a Uganda Vinci Coffee Company Limited.pdf

36 Entrevista com OSCs em Moçambique; conduzida pela autora AP em 15 de abril de 2025.

37 Ibid.

38 DGF com OSCs do Gana, Uganda e África do Sul; conduzida pela autora AP em 6 de fevereiro de 2025

39 A CONTAR é uma confederação sindical nacional no Brasil. Ela reúne vários sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores familiares de todo o país para representar seus interesses em nível nacional. CONTAR. Acessado em 30 de setembro de 2025.: https://contar.org.br/en/

40 Participante da pesquisa baseado no Brasil; entrevista realizada pela autora SMR em 25 de março de 2025.

41 Ibid.

42 Para mais informações, consultar: Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. (2011). *Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos*. Acessado em 30 de setembro de 2025. https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/publications/guidingprinciplesbusinesshr_en.pdf

43 Para mais informações, consultar: OCDE. (2023). *Diretrizes para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável*. Acessado em 30 de setembro de 2025. https://www.oecd.org/en/publications/oecd-guidelines-for-multinational-enterprises-on-responsible-business-conduct_81f92357-en.html

Relatórios de Pesquisa da Oxfam

Os Relatórios de Pesquisa são elaborados com o objetivo de compartilhar resultados de pesquisas, contribuir para o debate público e solicitar feedback sobre políticas e práticas humanitárias e de desenvolvimento. Eles não refletem necessariamente as posições políticas da Oxfam. As opiniões expressas são de responsabilidade do autor e não necessariamente da Oxfam.

Para obter mais informações ou comentar sobre este relatório, contate pia.zeinoun@oxfamnovib.nl (Coordenadora de Pesquisas) ou stephanie.milanramos@oxfamnovib.nl (Pesquisadora)

© Oxfam International, novembro de 2025

Esta publicação encontra-se protegida por direitos autorais, embora que o texto possa ser usado sem ônus para fins de advocacy, campanhas, educação e pesquisa, desde que sua fonte seja citada na íntegra. O detentor dos direitos autorais solicita que qualquer uso nesses moldes seja registrado junto ao mesmo, para fins de avaliação de impacto. Uma vez que cópias desta publicação forem usadas em quaisquer outras circunstâncias, reutilizando-as em outras publicações, sendo essas cópias traduzidas ou adaptadas ou não, dever-se-á obter permissão para tal, o que por sua vez poderá incorrer numa taxa a ser cobrada pelo uso das mesmas.

Email policyandpractice@oxfam.org.uk

As informações contidas nessa publicação estão corretas quando de seu encaminhamento à impressão.

Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam International em novembro de 2025.
DOI: 10.21201/2025.000102

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK

Sobre a Oxfam

A Oxfam é um movimento global de pessoas que lutam contra a desigualdade para acabar com a pobreza e a injustiça. Trabalhamos em várias regiões em mais de 70 países, juntamente com milhares de parceiros e aliados, apoiando as comunidades a construir uma vida melhor para si mesmas, aumentar a resiliência e proteger vidas e meios de subsistência, mesmo em tempos de crise. Escreva para qualquer uma das agências para obter mais informações ou visite www.oxfam.org.

(Oxfam América (www.oxfamamerica.org
(Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz
(Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au
(Oxfam-na-Bélgica (www.oxfamsol.be
(Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br
(Oxfam Canadá (www.oxfam.ca
(Oxfam Colômbia (www.oxfamcolombia.org
(Oxfam França (www.oxfamfrance.org
(Oxfam Alemanha (www.oxfam.de
(Oxfam GB (www.oxfam.org.uk
(Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk
(Oxfam Dinamarca (www.oxfam.dk
(Oxfam Índia (www.oxfamindia.org
(Oxfam Intermón (Espanha) (www.oxfamintermon.org
(Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org
(Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org
(Oxfam México (www.oxfammexico.org
(Oxfam Novib (Países Baixo) (www.oxfamnovib.nl
(Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca
(Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za
(Oxfam KEDV (www.kedv.org.tr
(Oxfam Pilipinas (www.oxfam.org

OXFAM